

ANGOLA

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA

ELABORADO POR

BancoBIC



INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

LISBOA
3 E 4 DE JUNHO
2014



INTRODUÇÃO

Com capital na cidade de Luanda, Angola é um país da costa ocidental de África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte.

O território de Angola, com 1.246.700 Km², corresponde aproximadamente ao somatório da dimensão dos territórios de Portugal, Espanha e França, e é 3,5 vezes superior ao da Alemanha.

O país tem vindo a registar um elevado crescimento populacional, estimando-se que, em 2013, a população se tenha cifrado em 19.183.590 habitantes. Durante o passado mês de maio procedeu-se em Angola a um censo populacional que permitirá, em breve, uma leitura mais rigorosa da estrutura populacional e das respetivas condições de vida.

Angola apresenta uma estrutura etária maioritariamente jovem, em que cerca de 46,0% de população tem menos de 15 anos. Este facto está relacionado com, entre outros fatores, a elevada taxa de mortalidade e com a reduzida esperança média de vida do país, quando comparado com a média mundial. Contudo, espera-se que o crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população se continuem a refletir na inversão da tendência destes dois indicadores.

A guerra civil que se arrastou até 2002, colocou Angola entre os países mais pobres do planeta. Com o fim da guerra civil, a economia Angolana atingiu boas taxas de crescimento apoiadas principalmente pelas suas exportações de petróleo. Angola dispõe das mais importantes reservas de petróleo, gás e diamantes de África.

Nos últimos dez anos, Angola conquistou resultados económicos impressionantes. Após ter alcançado o fim do conflito armado em 2002, o país precisou de apenas dez anos para triplicar o seu rendimento *per capita*. No final do século passado, a Coreia do Sul, a China e a Índia, precisaram de 10, 12 e 16 anos, respetivamente, para conseguirem duplicar o seu rendimento *per capita*.

Angola é ainda considerada economicamente desigual, visto que a maioria da riqueza do país está concentrada numa pequena parte da população. No entanto, em dez anos, Angola atingiu a primeira meta dos objetivos de desenvolvimento do milénio, ou seja, reduziu para metade o número de cidadãos que vivem no limiar da pobreza. O país ascendeu para a reduzida lista dos 20 países africanos classificados, pelo Banco Mundial, como países de rendimento médio, ao lado da África do Sul, da Nigéria e do Egipto, entre outros.

Na estratégia para uma Angola mais forte está já amplamente identificado, pelos agentes económicos, um conjunto diversificado de metas: **diminuir a dependência económica e financeira do petróleo, aumentar e diversificar as exportações, diminuir as importações e aumentar a produção para um mercado doméstico em crescimento.**

Para se atingirem grandes e ambiciosas metas para o país como um todo, é no tecido empresarial angolano, atual e em formação, que se irão encontrar as respostas para uma Angola mais forte, mais rica e mais sustentável.





ENQUADRAMENTO DE ANGOLA

SITUAÇÃO ECONÓMICA: A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO E A NECESSIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO

Atualmente Angola vive um ambiente de absoluta pacificação, tendo saído, em 2002, de uma guerra civil que assolou o país durante 27 anos.

Angola constitui uma potência regional no contexto da África Subariana, **convergindo para uma economia de mercado com um rendimento anual per capita da ordem dos 6.400 dólares**. O país é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo, mas onde também se incluem diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, ouro, e urânio.

As estimativas disponibilizadas no final de 2012 apontavam para reservas de petróleo em Angola na ordem dos 12,7 mil milhões de barris, que representavam 0,8% das reservas mundiais e faziam de Angola o 17.º país do mundo e o 3.º em África, com maiores reservas.

Com uma produção média diária de cerca de 1,7 milhões de barris, Angola era responsável por 2,1% da produção mundial, 4,8% da produção da OPEP e 18,9% da produção de África.

Com uma contribuição de cerca de 45% para o Produto Interno Bruto (PIB), na ótica da produção, o petróleo e as respetivas atividades de suporte constituem a grande fonte de financiamento da economia angolana. Contudo, o país ainda não é autossuficiente em produtos refinados, continuando a ser um importador líquido, designadamente, de petróleo e de gasolina.

Receitas públicas estão muito dependentes de impostos petrolíferos

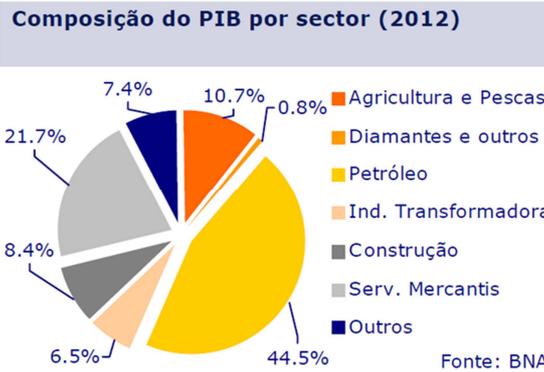


Fonte: Ministério das Finanças (estimativa 2012)

A agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população. Ocupando cerca de 85% da força laboral, representa menos de 10% do (PIB) total e metade do respetivo consumo advém da importação de alimentos.

Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de, respetivamente, 6,5% e 21,7%, empregam apenas 15% do total da força laboral.





Entre 2003 e 2008, a taxa média de crescimento económico situou-se em 14,8% ao ano, **posicionando Angola no topo dos países com maior crescimento a nível mundial**. O impacto da crise financeira global e a quebra na produção petrolífera provocou um abrandamento significativo do crescimento entre 2009 e 2011, para uma média de apenas 2,5%. Em 2012, o aumento em 4,3% na produção petrolífera angolana, de 1,66 milhões de barris/dia (mbd) para 1,73 mbd, contribuiu decisivamente para impulsionar a atividade económica, bem como para um forte desenvolvimento do setor não-petrolífero, não surpreendendo que o crescimento do PIB se tenha fixado em 8%.

Segundo as projeções do *Economist Intelligence Unit* (EIU), um crescente aumento da produção petrolífera (que poderá chegar aos 2,23 mbd em 2017), acompanhado de uma cotação internacional historicamente alta, impulsionarão favoravelmente o PIB nos próximos 5 anos.

Globalmente, são favoráveis as perspetivas para o setor dos hidrocarbonetos no ano em curso. O campo petrolífero PSVM (Plutão, Saturno, Vénus e Marte), que iniciou a produção em dezembro de 2012, deverá atingir uma produção máxima diária de 150.000 barris.

Considerando a entrada em produção dos campos, de Saturno e Vénus em 2013, e também o arranque da central de Soyo (gás natural liquefeito), que tem uma capacidade de produção de 5,2 milhões de toneladas/ano, o PIB em 2013 terá crescido cerca de 8,3%.

Para os anos seguintes, que já não contarão com o efeito irrepetível conseguido com a central de Soyo, mas beneficiarão do desempenho do setor petrolífero e da entrada em produção de novos poços (Marte arrancará no corrente ano), o ritmo de crescimento económico poderá manter-se robusto, embora deva abrandar até 5,9%.

A estrutura do crescimento económico angolano permanecerá intensiva em capital e dependente das compras ao exterior.

A REVOLUÇÃO ENERGÉTICA AMERICANA E A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA

A revolução energética americana, através dos combustíveis fósseis não convencionais – petróleo e gás de xisto e petróleo das areias betuminosas – combinado com uma nova oferta de outros países como o Iraque poderá ter consequências geopolíticas não despididas.



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

De acordo com projeções do Departamento de Energia americano, os EUA esperam produzir mais de 3 milhões de barris/dia de novo petróleo não convencional. Esse contexto de um choque de oferta, queda dos preços do petróleo e manutenção em níveis mais baixos, pode pôr os países ainda muito dependentes das receitas petrolíferas sob grande *stress*, nomeadamente:

- Cazaquistão e Rússia na EurAsEC;
- Columbia, México e Venezuela na América Latina;
- Irão, Iraque e Arábia Saudita no Médio Oriente;
- Nigéria e Angola em África.

Assim, a revolução energética americana reforça a necessidade de diversificação da economia angolana do petróleo para os setores produtivos, quer no setor primário – agricultura, pecuária, agroindústria, biocombustíveis e pesca – quer no setor secundário – indústria transformadora e extrativa.

A economia angolana encontra-se assim numa fase de transição no seu processo de desenvolvimento, de *factor-driven*, muito dependente da exportação de petróleo em bruto, para *efficiency-driven*, orientada para o crescimento e diversificação dos setores de produção interna não ligados à atividade petrolífera.

A exploração dos recursos naturais, sobretudo do petróleo e, mais recentemente, do gás natural e das demais reservas minerais ainda por explorar, continuarão a ser a médio prazo, o principal motor do desenvolvimento da economia angolana.

Progressivamente, com a diversificação e densificação dos setores produtivos não-petrolíferos, a economia angolana caminhará para a fase *efficiency-driven*, desejavelmente ancorando a subida do salário médio, atualmente no limiar da pobreza, ao incremento da produtividade desses setores.

Nesta transição, é expectável que a produtividade marginal do capital, quer físico, quer humano, incentive a otimização dos recursos, e se oriente por critérios de custos de oportunidade, envolvendo uma **melhoria na qualidade da governação e administração pública, e a criação de um ambiente mais favorável a uma maior abertura ao investimento privado e à qualificação massiva dos recursos humanos.**

Esta orientação proporcionará um melhor desenvolvimento e alargamento das nascentes classes médias, reduzindo o fosso das desigualdades de rendimento e criando a sustentabilidade necessária para que o crescimento económico continue a ser robusto, e a registar progressos na desinflação em curso.

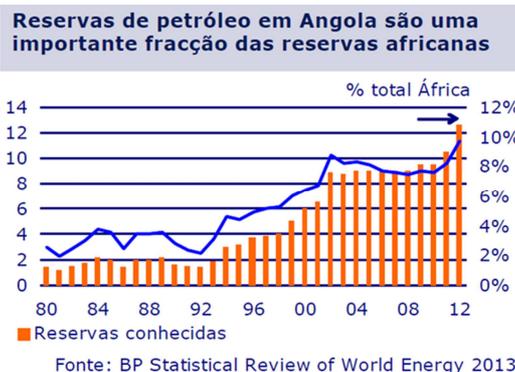
A redução das desigualdades e a criação de uma classe média são condições necessárias para a dinamização do mercado interno, propiciando uma base de consumo que seja motor de reindustrialização do país.

Ao nível da inflação, a evolução tem sido considerável. Depois de uma taxa de inflação de 14,3% em 2010, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis (em consequência de uma redução dos subsídios), pelos estrangulamentos no fornecimento de bens causados pelos atrasos nas importações (cerca de 90% dos bens de consumo são importados) e pela depreciação da moeda face às divisas dos principais países fornecedores, em 2011 registou-se uma ligeira redução da taxa de inflação, medida pelo IPC, que se fixou em 13,5%. E, após atingir um dígito, no final de 2012 (pela primeira vez em décadas), estima-se que tenha diminuído para 7,7% até ao final de 2013.





O país regressou a uma trajetória de sólido crescimento económico. A inflação fixou-se num só dígito, as reservas internacionais de petróleo atingiram os 33 biliões de dólares no final de dezembro de 2013, o suficiente para cobrir mais de 7 meses de importações, e a taxa de câmbio nominal entrou numa fase de relativa estabilização.

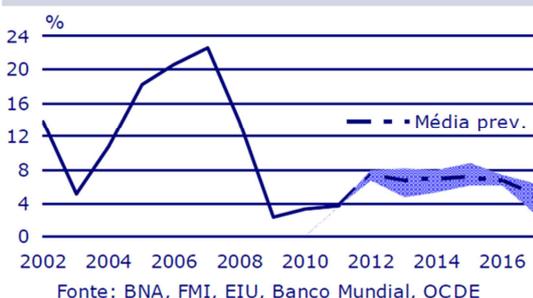


Como assinala o FMI (*Country Report 14/81*, março de 2014), **Angola melhorou a qualidade das suas políticas públicas, em geral e, em particular, das suas políticas, orçamental e monetária, no decurso do *Stand-By Arrangement* que vigorou entre 2009 e 2012.**

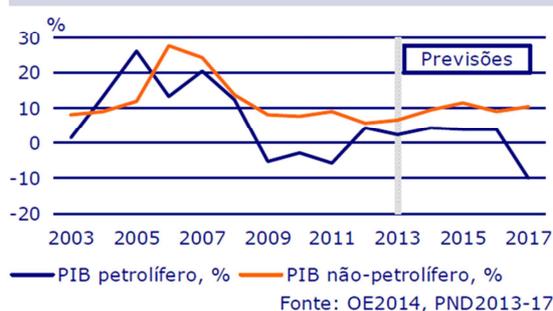
Contudo, a política pública financeira continua a ser afetada pela persistência dos problemas de atrasos nos pagamentos, tendo-se todavia registado **algumas melhorias na incorporação de rendimentos petrolíferos na receita orçamental.**

O crescimento do PIB deverá ter abrandado em 2013 para cerca de 4,1%, depois de 5,2% em 2012.

As previsões apontam para uma evolução mais moderada do crescimento real do PIB



Desaceleração do crescimento do PIB (real) deverá ser comum a todos os sectores



Depois de um excedente orçamental de 5,1% do PIB em 2012, o saldo inverteu a tendência, tendo-se registado um défice de 1,5% em 2013, ainda assim inferior ao esperado (3,7%). Essa menor deterioração deveu-se, em especial, ao facto do preço do petróleo ter excedido o orçamentado em 2013, (107 dólares/barril em vez de 96 dólares/barril), embora o preço tenha sido inferior em 3% face a 2012.



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Em 2013 houve uma importante redução no valor dos pagamentos públicos em atraso. Tinham sido reconhecidos atrasados no montante de 4,02 biliões de dólares e admitia-se que houvesse um montante de atrasados por reconhecer na ordem dos 1,13 biliões de dólares; no final de 2013, o primeiro montante tinha sido reduzido para 1,61 biliões de dólares e o segundo tinha subido para 1,60 biliões de dólares; houve, portanto, uma redução nos primeiros de 2,41 biliões de dólares e, no total, de 1,94 biliões de dólares; se a mesma cadência for imposta no decurso do presente ano e do próximo, o saldo dos pagamentos em atrasos atingirá, pela primeira vez, um valor aceitável.

O contributo da receita orçamental do setor não-petrolífero em 2013, que continuou em forte crescimento (7,0%), ficou aquém do orçamentado (9,2%).

Em 2013, o peso da despesa pública no PIB manteve-se em torno dos 29%, o da dívida pública em torno dos 26,6% e o do investimento público continuou em dois dígitos, fixando-se em 10,6%, embora aquém do orçamentado (13,8%).

Angola: Principais Indicadores Fiscais, 2012-2014

(percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	2012	2013		2014	
		Orçamento	Prel.	Orçamento	Proj.
Total de receitas e subsídios	45,9	37,4	38,1	36,4	39,3
Petrolíferas	37,3	26,9	29,6	25,4	30,6
Não petrolíferas	8,6	10,6	8,5	11,0	8,7
Total da despesa	40,8	41,1	39,6	41,2	41,3
Corrente	29,0	27,4	28,9	28,2	29,3
Capital	11,8	13,8	10,6	13,1	12,0
Créditos líquidos (+)/ empréstimos (-)	5,1	-3,7	-1,5	-4,8	-2,0
Saldo primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-52,6	-48,8	-49,9	-46,9	-49,8

Fonte: Estimativas das autoridades angolanas e dos técnicos do FMI

Com a descida da taxa de inflação para 7,7% em 2013, o BNA baixou a taxa de juro de referência em 100 pontos base, a taxa de crescimento de M2 abrandou para 15,3%, bem como a do crédito bancário ao setor privado, para 10,9%, destacando-se neste caso os **incrementos de crédito concedidos aos setores primário e da hotelaria e restauração**.

O BNA conseguiu implementar com sucesso a nova lei relativa à “desdolarização” das atividades petrolíferas e estas empresas passaram a canalizar a maioria dos seus movimentos monetários através do setor bancário interno, bem como a liquidar as faturas aos seus fornecedores internos em moeda nacional.

O crescimento das exportações abrandou para 5% em 2013 e o das importações manteve-se em dois dígitos; o excedente da balança de transações correntes desacelerou para 5% do PIB, mas o BNA incrementou o fornecimento de divisas ao mercado e manteve a taxa de câmbio estável, com os termos de troca a deteriorarem-se ligeiramente.





Espera-se que o ritmo de atividade económica aumente gradualmente ao longo do corrente ano, impulsionado pela subida do investimento público em construção rodoviária e outras infraestruturas, designadamente, para aumento da capacidade de produção de energia elétrica (acréscimo da capacidade em 380 M W até 2015 e novos acréscimos nos anos subsequentes).

Em 2015, Angola poderá beneficiar da esperada subida dos preços de petróleo e, com a produção estável (em pelo menos 1,7 milhões de barris por ano), poderá registar um novo incremento na taxa de crescimento do PIB.

Nos anos subsequentes, espera-se que o crescimento do PIB comece a ter uma forte contribuição do setor não-petrolífero que deverá continuar a crescer, em termos reais, em torno ou acima de 7% ao ano. Em 2017, a produção de petróleo poderá abrandar significativamente em alguns poços importantes que, todavia, poderão vir a ser substituídos pela entrada em produção de novos poços entretanto descobertos.

Neste contexto, **a conclusão da reforma orçamental**, que visa tornar o Orçamento universal e único, para toda a esfera financeira pública, quer do setor petrolífero, quer das demais empresas públicas e administrações públicas centrais, regionais e locais - **assume um papel central na eficiência da gestão patrimonial pública, de ativos e passivos, bem como o recém-criado Fundo Soberano de Angola (FSDEA).**

O FSDEA, criado em agosto 2012, viu definidos os seus recursos e estratégia em junho 2013 (Decreto 89/13). Gradualmente serão transferidos recursos financeiros do OIL (*Oil Infrastructures Fund*) para o FSDEA na ordem dos 5 biliões de dólares, que terá também, como receitas anuais, o valor correspondente a uma parcela significativa de barris/dia de petróleo.

A estratégia que lhe foi fixada impõe que 50% dos seus investimentos se realizem em ativos financeiros externos com *ratings* de investimento de qualidade e que os restantes 50% se realizem em participações em projetos de investimento em Angola que sejam económica ou socialmente relevantes. Seria todavia desejável completar esta estratégia com a função de estabilização do impacto orçamental decorrente da volatilidade dos rendimentos do petróleo, que vinha sendo desempenhada pelo OIL.

O FSDEA poderá ter um papel importante na reforma do sistema financeiro numa tripla vertente:

1. promovendo a diversificação e sustentabilidade dos setores não-petrolíferos;
2. gerando liquidez no nascente mercado de obrigações públicas em Angola; e
3. estimulando o sistema bancário interno a desenvolver em concorrência o mercado de *corporate finance*, abrindo caminho para a criação do mercado bolsista que tem vindo a ser preparado.



Angola: Cenário ilustrativo de médio prazo, 2011-2019¹

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Projeções								
Crescimento real do PIB (%)	3.9	5.2	4.1	5.3	5.5	5.9	3.3	6.6	6.7
Setor petrolífero	-5.4	4.3	0.6	3.0	3.0	3.0	-6.9	3.0	3.0
Setor não-petrolífero	9.5	5.6	5.8	6.4	6.7	7.1	7.7	7.9	8.0
IPC (média anual)	13.5	10.3	8.8	7.7	7.7	7.4	7.1	6.7	6.5
PIB (bilhões de USD)	104.1	115.3	121.7	129.8	138.2	147.7	154.5	167.8	183.5
PIB <i>per capita</i> (USD)	5,31	5,71	5,85	6,05	6,26	6,49	6,51	6,78	7,13
Administração Central (% do PIB)									
<i>Total de receitas</i>	48.8	45.9	38.1	39.3	37.2	35.8	31.5	32.4	31.8
Setor petrolífero	39.0	37.3	29.6	30.6	27.8	25.6	19.9	20.7	19.9
Setor não-petrolífero	7.3	6.6	7.0	7.1	8.1	8.5	9.7	9.8	10.0
<i>Total da despesa</i>	40.2	40.8	39.6	41.3	39.8	37.8	34.6	33.2	31.3
Corrente	30.0	29.0	28.9	29.3	28.2	26.9	25.0	23.6	22.7
Capital	10.2	11.8	10.6	12.0	11.6	11.0	9.6	9.6	8.7
Saldo fiscal global (base orçamental)	8.7	5.1	1.5	-2.0	-2.6	-2.1	-3.1	-0.8	0.5
Saldo fiscal primário não petrolífero	-26.9	-28.6	-28.9	-30.1	-28.0	-25.3	-20.9	-19.4	-17.4
Saldo primário não petrolífero/PIB não petrolífero	-51.1	-52.6	-49.9	-49.8	-44.2	-38.2	-29.4	-26.6	-23.3
Moeda e crédito									
M2 (% do PIB)	35.9	34.5	37.3	42.1	45.8	47.9	51.3	51.0	52.1
Crédito setor privado (% do PIB)	21.1	23.3	24.2	24.7	25.2	26.9	27.4	28.7	32.4
Balança de pagamentos									
Balança comercial (% do PIB)	45.2	43.6	37.6	33.2	28.8	24.6	23.5	20.1	19.8
Exportações, f.o.b (% do PIB)	64.6	62.9	58.3	55.1	51.0	47.0	44.9	41.6	39.3
Petróleo & gás	62.3	61.5	56.8	53.6	49.5	45.6	43.4	40.2	37.8
Importações, f.o.b (% do PIB)	19.4	19.4	20.7	21.8	22.2	22.4	21.4	21.6	19.4
Termos de troca (variação percentual)	23.2	7.7	-2.8	-2.0	-4.1	-4.7	-4.0	-3.2	-1.1
Saldo da conta corrente (% do PIB)	12.6	9.2	5.0	2.2	-0.4	-2.7	-1.8	-2.7	-1.0
Reservas									
Internacionais brutas (fim de período, bilhões de USD)	28.4	33.0	33.2	33.9	35.0	34.1	34.8	33.0	34.4
Internacionais brutas (meses de importação)	7.0	7.5	7.0	6.9	6.8	6.8	6.8	6.5	6.8
Dívida (% do PIB)									
Dívida pública externa	19.7	19.3	17.3	18.7	19.9	21.0	22.6	22.0	21.1
Dívida total do setor público	33.7	29.3	26.6	29.2	30.9	32.0	32.4	32.5	31.1
Petróleo									
Produção de petróleo (milhões de barris/dia)	1.660	1.731	1.742	1.794	1.848	1.903	1.772	1.825	1.880
Preço do petróleo (média, USD/barril)	110.3	110.9	107.3	104.7	100.0	95.4	92.2	90.1	90.1

Fonte: Estimativas e projeções das autoridades angolanas e dos técnicos do FMI

¹ Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013

O Orçamento do Estado angolano para o corrente ano prevê, enquadrado num cenário em que o preço do barril de petróleo se situe em 96 dólares, um crescimento económico de 7,1%. Estima ainda, em consequência da integração das operações da Sonangol (a empresa estatal do setor petrolífero) no OE, que se venha a verificar um défice orçamental, o primeiro desde 2009.

No entanto, o EIU antevê um quadro bem mais otimista, perspetivando que a cotação do petróleo venha a atingir valores mais elevados (as receitas do petróleo representam quase $\frac{3}{4}$ do PIB do país). **Não obstante a forte despesa pública em infraestruturas, Angola continuará a apresentar um saldo**





orçamental positivo, se bem que em sentido decrescente, graças à receita gerada pelo setor dos hidrocarbonetos. Aproveitando o clima macroeconómico favorável, o EIU prevê que, entre 2013 e 2014, o Governo venha a recorrer à emissão internacional de títulos de dívida pública, num montante até 2.000 milhões de dólares.

No setor externo, num contexto ainda de cotação alta do petróleo e de um aumento da produção e exportação de hidrocarbonetos, **o EIU estima que o saldo da balança comercial no ano em curso seja de 49 mil milhões de dólares, eliminando os efeitos do permanente aumento das importações.** Nos próximos anos, as compras ao exterior deverão prosseguir num ciclo de crescimento, como consequência da recuperação do investimento e da procura interna. Entre 2014 e 2017 os excedentes da balança comercial deverão, em média, rondar cerca de 58 mil milhões de dólares, suportados pela solidez das receitas do petróleo. Mas, mesmo que continue a dever esse contributo positivo do petróleo para a balança comercial, ter-se-á em contrapartida a continuidade dos elevados défices das balanças de serviços e de rendimentos, em consequência da prestação de serviços, de assistência técnica e de repatriação dos lucros de IDE em Angola.

O saldo da balança corrente, que se estima que tenha caído para 5% do PIB em 2013, deverá continuar numa trajetória descendente, por força do rápido crescimento das importações, em grande medida devidas ao investimento público em capital.

Durante os próximos anos, o Governo deverá continuar a beneficiar de uma folga orçamental, permitindo-lhe implementar gradualmente o programa de investimentos públicos, com uma absorção saudável pela economia dos elevados rendimentos proporcionados pela indústria extrativa.

De salientar que o relatório “Perspetivas Económicas em África 2012” assinalava que Angola necessitava de melhorar o sistema cambial e a gestão financeira pública, e de enfrentar os “pesados desafios de reduzir a pobreza e o desemprego”. A maioria do desemprego, que o relatório estimava em 26%, afeta sobretudo os trabalhadores menos qualificados, mas surge agora um número crescente de jovens desempregados, com qualificações, mas que não se enquadram nas necessidades efetivas do país.

Apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da atividade económica (possibilitando a mobilidade interna, fomentando a atividade comercial e o investimento), a carência de infraestruturas físicas, designadamente ao nível dos portos e aeroportos, telecomunicações fixas e redes de eletricidade, e de recursos humanos continua a condicionar a evolução da economia angolana. Por outro lado, o setor informal assume um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias.

Perante este quadro, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, o principal desafio para o Governo angolano consiste no relançamento dos setores fora da esfera da indústria petrolífera, por forma a aumentar a oferta interna e diversificar as exportações, criando emprego (este setor emprega apenas 1% da população ativa) e diminuindo a pobreza. Nesse sentido, foram aprovados vários programas que abrangem diversas áreas de atividade como a agricultura e o desenvolvimento rural, a pecuária e pescas, a habitação social, a recuperação urbana, as infraestruturas e a indústria transformadora.

De salientar que, apesar do crescimento verificado no setor não-petrolífero ao longo dos últimos anos, a **economia mantém-se ainda muito dependente do petróleo**, principal motor do crescimento que representa ainda 45% do PIB (em 2008 representava cerca de 60%), capta **grande parte do investimento estrangeiro e é responsável por cerca de 98% das exportações e de 80% das receitas fiscais.**





Os setores que, a médio prazo, se espera venham a contribuir mais ativamente para a diversificação económica são a agricultura e agroindústria, bebidas, pecuária e pescas, indústria ligeira associada à construção e à indústria petrolífera, e turismo.

RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA PRODUTIVA

A aposta na qualificação dos recursos humanos constitui porventura o vetor primordial para o desenvolvimento económico e social de Angola.

As debilidades do setor da educação implicam que é necessário começar pelo princípio, desde a qualidade do ensino primário e, em simultâneo, desenvolver o ensino técnico dos ofícios e ampliar e credibilizar o ensino superior. Este é, hoje em dia, o maior desafio da economia - conseguir preparar mão-de-obra, nos diferentes graus de ensino, com o conhecimento e desempenho necessários, para elevar a posição do país nos indicadores internacionais da competitividade, onde outros levam grande avanço.

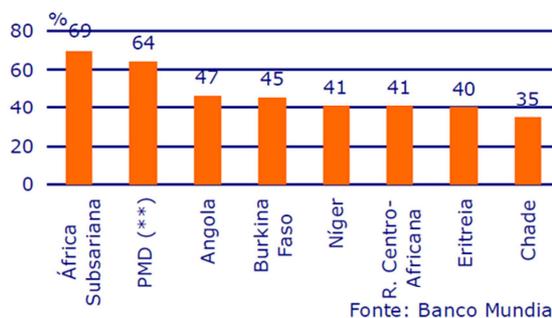
Com uma população a crescer a 3% ao ano, com apenas 47% dos alunos em idade escolar a completar o ensino primário, de quatro anos, e com um forte problema estrutural de falta de qualidade no ensino, a missão da escola pública é enorme.

Será, necessário, desde logo no ensino primário, em simultâneo, repensar o sistema de aprendizagem, modernizar as instalações e equipamentos escolares, requalificar os professores e os métodos de ensino, avaliar as escolas e criar um sistema apropriado de incentivos e penalizações, em linha com os *benchmarks* internacionais.

No ensino secundário, os desafios são igualmente enormes. Apesar dos recentes progressos, apenas 1/3 dos jovens em idade escolar frequenta a escola, com forte assimetria entre áreas urbanas e rurais.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2011 estavam inscritos cerca de 6,2 milhões de alunos em todos os tipos e graus de ensino, incluindo o pré-primário, ainda longe de uma taxa de cobertura aceitável, e as taxas de abandono escolar, que se reduziram desde 2009, permanecem preocupantes.

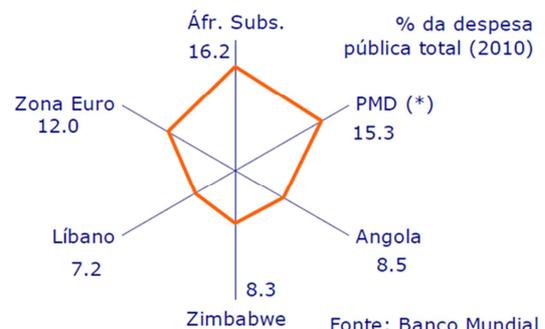
Alunos com ensino primário completo em 2011 (*)



Fonte: Banco Mundial

Nota: (*) Valores expressos em percentagem da população com idade teórica para entrar no último ano do ensino primário; (**) PMD: Países Menos Desenvolvidos, classificados de acordo com as Nações Unidas.

Despesa pública para a educação está entre os níveis mais baixos do mundo



Fonte: Banco Mundial



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Por outro lado, o baixo nível de literacia na população adulta empregada ou em idade de trabalhar exige fortes programas de formação profissional, em numerosas especialidades e competências, bem como vastos programas de formação superior universitária e politécnica para quadros e gestores.

No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, Angola ocupava em 2012 a 148.ª posição (entre 187 países). Para além dos baixos níveis de escolaridade, Angola apresentava ainda indicadores preocupantes em saúde, em particular nos índices de mortalidade infantil e subnutrição, bem como no nível de pobreza, que está associado à permanência da maioria da população ativa na agricultura de subsistência e à desigualdade na distribuição de rendimentos.

Ainda assim, **quanto a esta desigualdade, houve melhoria na última década**, (o Índice de Gini, que era de 0,59 em 2000, passou a 0,43 em 2009, um valor ainda excessivo), **sendo que esta melhoria deverá prosseguir e acentuar-se nos próximos anos, por exigência da sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento económico e social.**

Indicadores seletivos de educação e saúde de Angola e da África Subsariana

	Angola		África Subsariana	
	2000	2010	2000	2010
Indicadores de Educação				
Alunos matriculados ens. secundário	14,9%	31,3%	26,1%	41,0%
Desp. pública educação / desp. pública total	6,4%	8,5%	n.d.	n.d.
Nº anos médio escolaridade de alunos	4,4	4,7	n.d.	n.d.
Taxa de abandono ensino primário	n.d.	68,1%	n.d.	n.d.
Taxa alfabetização adultos	67,4%	70,1%	57,4%	59,8%
Indicadores de Saúde				
Indicadores de esperança vida à nascença	45,2	55,1	49,8	54,7
Gastos públicos e privados com Saúde	2,9%	3,5%	5,9%	6,4%
Nº médicos por mil pessoas	0,077	0,166	0,169%	0,160%
Pop. rural com redes sanitárias	11,1%	19,4%	20,5%	23,6%
Pop. urbana com redes sanitárias	74,5%	85,8%	40,7%	42,1%
Prevalência de VIH / Pop. ativa	1,6%	2,1%	6,0%	4,9%
Taxa mortalidade infantil/1000 nados vivos	203,4	163,5	150,8	97,5

Fonte: Banco Mundial**Nota:** Nalguns indicadores o ano é o mais aproximado

Por outro lado, Angola já ultrapassou há muito o limiar de rendimento das Nações Unidas para os LDC (*Least Development Countries*) e, recentemente, o Banco Mundial classificou Angola como país de rendimento médio superior.

O Orçamento do Estado para 2014 poderá representar uma viragem no sentido de uma forte acentuação da magnitude e peso relativo (que atinge 30%) dos recursos dedicados às áreas sociais, a prosseguir com firmeza a médio e longo prazo.

A repartição do PIB na ótica da produção revela o peso dominante do setor do petróleo na estrutura produtiva como mostra o quadro seguinte.



**Evolução do PIB per capita e da Estrutura Produtiva**

	2009	2010	2011	2012 e	2013 e	2014 p
PIB per capita (USD PPC)	5.608	5.699	5.862	6.092	6.330	6.638
População (Milhões de Habitantes)	18,5	19,1	19,6	20,2	20,8	21,4
PIB na óptica da Produção (%)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
Agricultura e Pescas	10,5%	10,1%	9,5%	10,8%		
Petróleo	45,6%	45,9%	48,6%	44,5%		
Diamantes	0,9%	1,0%	0,9%	0,8%		
Indústria Transformadora	6,2%	6,3%	6,1%	6,5%		
Eletricidade	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%		
Construção	7,7%	8,1%	7,9%	8,4%		
Comércio	21,2%	21,0%	19,9%	21,7%		
Outros	7,8%	7,4%	7,0%	7,3%		

Nota: e - estimativa; p - previsão

Fonte: Banco Mundial

O rápido aumento da população conduz a uma pressão acrescida no mercado de trabalho. Esta pressão visa a criação de postos de trabalho crescentemente qualificados, para que se possam gerar incrementos de produtividade e aumentos em linha dos salários reais, compatibilizando a sustentabilidade do processo de desenvolvimento económico e social com as aspirações de melhoria do bem-estar da população ativa e dos cidadãos angolanos em geral.

O quadro anterior, sugere também que o reflexo dessa compatibilização se pode exprimir através da subida do PIB *per capita* em dólares e em PPC (em Paridade dos Poderes de Compra), a qual deverá continuar a acontecer no próximo quinquénio, pelo menos ao ritmo do que foi conseguido no último quinquénio.

SETORES DE ATIVIDADE

A economia Angolana está ainda alicerçada no setor petrolífero. Este facto não é de estranhar, uma vez que Angola é o terceiro maior produtor de petróleo da África Subsariana, produzindo cerca de 1,7 milhões de barris/dia em 2013.

O desenvolvimento do setor petrolífero tem gerado riqueza para o país, disponibilizando recursos para financiar o crescimento do setor não-petrolífero. Desta forma, existe uma tendência de acréscimo do peso relativo do setor não-petrolífero no PIB, devendo assumir um papel determinante no crescimento económico de Angola nos próximos anos.

Ao contrário da grande maioria dos países da África Subsariana, Angola dispõe, para além do petróleo, de inúmeros recursos naturais. Segundo a Organização das Nações Unidas, Angola é o 16.º país com maior potencial agrícola do mundo, mas atualmente apenas 3% da terra arável está cultivada.

Por outro lado, com uma extensa costa, **a capacidade sustentável do país é de 450 mil toneladas anuais de pescado, mas só cerca de metade deste valor é efetivamente pescado.** No setor dos minérios, a situação é também de subaproveitamento dos recursos - **Angola é o sétimo maior produtor de diamantes a nível mundial**, mas este setor representa apenas 0,8% do PIB. **Existem ainda extensas reservas de ouro, cobre, mármore, granito e cobalto.**





Agricultura, Floresta e Pescas

Angola é um dos países com maior potencial agrícola da África Subsariana, apresentando condições favoráveis à prática agrícola, nomeadamente cerca de 58 milhões de hectares de terra potencialmente arável, abundantes recursos hídricos e ainda um clima favorável ao desenvolvimento do setor agrícola.

Historicamente, Angola foi um país autossuficiente nas principais culturas alimentares, e também um dos principais exportadores mundiais de café, bem como de milho, algodão, cana-de-açúcar, sisal, banana, mandioca e madeira.

Este setor perdeu a sua relevância interna e internacional, **mas, nos últimos anos, o setor agrícola começou a apresentar sinais de recuperação**. Ainda assim, a produção agrícola não é suficiente para as necessidades da população, pelo que o país depende das importações de bens alimentares, sobretudo da África do Sul e de Portugal. Contudo, o facto dos bens alimentares serem importados e mais dispendiosos, associado às ineficiências da cadeia logística e de distribuição, faz com que uma percentagem considerável da população, sobretudo rural, não tenha acesso a bens alimentares essenciais.

O setor agrícola angolano é dominado por pequenos agricultores, que se dedicam à agricultura de subsistência e familiar (mais de 90% da atividade agrícola).

As culturas que têm sido alvo de maior investimento e aposta por parte das famílias agrícolas são as de maior retorno imediato, pois a necessidade de gerar riqueza imediata e um mercado doméstico com alguma dimensão facilitou a rápida produção e comercialização do arroz, banana, ananás, soja, batata, milho e mandioca, entre outras culturas. Nas produções com maiores prazos de retorno, como o café (3 anos para a planta começar a produzir), palmar e cacau, têm-se sentido maior resistência e um crescimento mais lento.

Será preciso capacidade empresarial para desenvolver um setor agrícola não artesanal e aí o IDE, em termos de capital, tecnologia e *know-how* será essencial.

Em relação aos recursos marítimos, Angola é composta por uma linha costeira de cerca de 1.650 km, tendo um **acesso privilegiado às mais ricas unidades populacionais de peixe de África, pelo que este setor apresenta um elevado potencial de desenvolvimento e crescimento.**

Um dos maiores entraves que este setor enfrenta é o acesso a financiamento bancário específico, o que inviabiliza a aquisição de materiais essenciais ao desenvolvimento da atividade (e.g. redes, motores, embarcações e câmaras frigoríficas, tecnologia de transformação do pescado e investigação de novos produtos, entre outros). Também aqui, o IDE poderá desempenhar um papel importante.

Por outro lado, para se assistir a um crescimento sustentável do setor piscatório é essencial investir na formação da população dedicada à atividade, nomeadamente ao nível da gestão de pescas, reparação de redes e embarcações, renovação da frota da pesca (com vidas médias de 30 a 40 anos), metodologias adequadas de pesca e transformação de pescado.



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Indústria

A evolução do Índice de Produção Industrial (IPI) desde 2002 denota uma diversificação industrial para os setores não-petrolíferos ainda incipiente. Como mostra o quadro seguinte, em 2002, a produção de petróleo, gás e serviços de suporte representava 88,9% da produção industrial total. O seu crescimento que, em índice, atingia no 4.º trimestre de 2013, o valor de 181,5, foi inferior ao da indústria total (193,7), iniciando portanto uma dinâmica de diversificação.

Partindo de posições estruturais diminutas (pesos em 2002 de apenas 5,9 e 0,1) os crescimentos em índice da indústria transformadora e da produção e distribuição de eletricidade, gás e água subiram mais acentuadamente, para respetivamente 268,3 e 601,5 (tendo crescido 1,6 vezes e 5 vezes, em relação a 2002).

Na indústria transformadora, os maiores crescimentos verificaram-se nas indústrias de bebidas e tabaco (417,2), máquinas, equipamentos e aparelhos (362,8) e alimentares (326,8).

Na produção e distribuição de eletricidade, gás e água destaca-se o tratamento de águas (1276,7).

Por último, por tipos de bens, o crescimento da produção de bens de consumo superou o de bens intermédios e de produtos de energia. Estas tendências deverão manter-se nos próximos anos, sendo esperáveis, todavia crescimentos mais intensos nos setores, de baixa tecnologia, associados aos grandes investimentos em curso e projetados, de infraestruturas em obras públicas, produção de energia, habitação e saneamento e tratamento de águas.

Índice de Produção Industrial (IPI) de Angola (2002=100)

Setores	CAE	Ponderadores 2002	4.º Trim. 2012	4.º Trim. 2013
Indústria Total	CDE	100,0	198,1	193,7
Indústria Extrativa	C	94,0	188,1	182,7
Petróleo, Gás e Serviços	111-112	88,9	187,5	181,5
Diamantes	14231	3,9	167,7	176,9
Indústrias Transformadoras	D	5,9	262,4	268,3
Indústrias Alimentares	151-154	2,0	325,5	326,8
Indústrias de Bebidas e Tabaco	155-160	0,6	416,6	417,2
Têsteis, Vestuário e Calçado	17-19	0,3	199,7	200,8
Indústrias da Madeira	20	0,4	136,2	137,9
Pasta de Papel, Edição e Imprensa	21-22	0,8	156,0	157,7
Prod. Petrolíferos, Químicos e Outros	23-26	1,5	261,8	262,6
Indústrias Metalúrgicas	27-28	2,3	196,0	206,9
Máquinas, Equip. Aparelhos	29-35	4,6	364,7	362,8
Mobiliário	36	0,6	274,6	274,1
Prod. e Distribuição Elétric., Gás e Água	E	0,1	597,0	601,5
Elétric., Gás e Vapor	40	0,0	274,5	398,7
Tratamento de Água	41	0,0	1226,7	1276,7
Bens Intermédios (A1)		6,9	224,1	231,5
Bens de Consumo (A3)		4,1	350	351,5
Produtos de Energia (A4)		89,0	187,6	187,7

Fonte: INE Angola Índice de Produção Industrial – IV Trimestre de 2013 – Dados Provisórios





Comércio e Retalho

Angola tem vindo progressivamente a focar-se na construção e requalificação das infraestruturas de natureza comercial e de prestação de serviços mercantis, sendo que o setor do comércio e retalho registou um rápido crescimento nos últimos tempos

Durante este período, e apesar de ainda apresentar uma elevada representatividade no mercado, foi possível inverter a tendência de proliferação do mercado informal (não regulado pelo Estado), tendo-se assistido a um crescimento do mercado formal. Esta evolução encontra-se relacionada com o facto da população se ter tornado mais exigente, nomeadamente em relação à higiene e segurança alimentar dos produtos que consome, resultado do aumento dos níveis de educação da população e de uma melhoria da informação disponibilizada.

Neste contexto, na última década, **tem-se observado o aparecimento de grossistas e retalhistas organizados no mercado, assim como o desenvolvimento de grandes superfícies comerciais.** Estes investidores são atraídos pela evolução socioeconómica favorável da população, pela alteração do perfil dos consumidores, pela crescente urbanização, pela melhoria das infraestruturas e pelo aumento das marcas internacionais disponíveis no mercado.

Está agora a assistir-se ao investimento na logística de distribuição alimentar e farmacêutica, com o apoio do IDE, essencial para a gestão das cadeias de abastecimento, de distribuição alimentar e do setor dos medicamentos.

Hotelaria e Turismo

O setor da hotelaria e turismo apresenta-se como um dos mais promissores da economia, disponibilizando um conjunto de produtos turísticos e experiências enriquecedoras aos seus visitantes, quer estes sejam oriundos do mercado interno, quer externo.

A evolução do setor turístico foi potenciada, essencialmente, pelas relações económicas e pelo turismo de negócios. O motivo principal das viagens foi na sua grande maioria “Negócios” e “Serviço”.

A tendência de crescimento do setor da hotelaria e turismo é também visível ao nível da oferta hoteleira. Ao longo dos últimos anos, Angola assistiu a um processo de recuperação, reabilitação e construção de infraestruturas turísticas e hoteleiras.

Aqui, como condicionantes ao aproveitamento das grandes potencialidades do setor, temos o problema dos vistos e das deficiências na saúde pública.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ao longo dos últimos anos Angola registou, de um modo geral, um aumento considerável do valor das transações comerciais.





Evolução da Balança Comercial

	2009	2010	2011	2012	2013 P	2014 P
Balança Comercial, 2009–2014	18,243	33,105	47,082	50,261	45,725	43,132
Exportações, f.o.b.	40,903	49,772	67,310	72,601	70,951	71,450
Petróleo	39,346	47,806	63,765	69,752	67,865	68,180
Produtos petrolíferos refinados e gás	532	722	1,052	1,127	1,254	1,333
Diamantes	814	976	1,205	1,162	1,243	1,331
Outros	212	267	1,288	561	589	606
Importações, f.o.b.	22,660	16,667	20,228	22,340	25,226	28,318
Setor petrolífero	4,326	3,158	3,371	3,571	3,592	3,700
Setor não-petrolífero	18,334	13,508	16,858	18,769	21,634	24,618
Coefficiente de cobertura (%)	180,5	298,6	332,8	325,0	281,3	252,3

Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas e projeções dos técnicos do FMI
Milhões de dólares norte-americanos

A balança comercial angolana apresenta elevados saldos positivos. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam a quase totalidade das vendas ao exterior. Estima-se que em 2013 as exportações de petróleo tenham registado uma diminuição de 2,7% face ao ano anterior, enquanto as importações registaram uma subida de 0,6%.

O elevado crescimento das exportações reflete o aumento da produção petrolífera. **Por outro lado, a relativa estabilidade do Kwanza, disponibilidade de moeda estrangeira proveniente das exportações e o forte desenvolvimento da economia, conduziram a elevadas taxas de crescimento das importações, embora inferiores ao ritmo de crescimento das exportações.** Há que ter em conta que os constrangimentos em termos de infraestruturas portuárias e rodoviárias têm condicionado bastante o crescimento das importações.

O ano de 2009 foi marcado por uma forte quebra das exportações (-36,1% face ao ano anterior), em consequência, fundamentalmente, da descida acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre do ano) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações continuaram a sua trajetória ascendente (+8%).

Nos últimos anos, impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, as exportações angolanas registaram um aumento considerável, totalizando cerca de 72,6 mil milhões de dólares em 2012 e prevendo-se que em 2013 tenham atingido os 71 mil milhões de dólares.

No que diz respeito às importações, depois de um recuo de 27,0% em 2010 (o que reflete, em boa medida, o esforço de contenção da despesa pública, particularmente no que diz respeito ao investimento), foram registados aumentos de 6,7% e de 5,9% em 2011 e 2012, respetivamente, alcançando mais de 22,3 mil milhões de dólares em 2012, fruto do dinamismo do investimento público e do consumo interno. As previsões apontam para a continuação de crescimento das importações, 12,9% e 12,3% em 2013 e 2014, respetivamente.

De acordo com um estudo do Banco Africano de Desenvolvimento, **95% dos bens de consumo são importados, incluindo combustíveis/refinados. Angola importa, sobretudo, máquinas, aparelhos e material elétrico (20,8% do total de importações, em 2011), veículos e material de transporte**



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

(19,6 % do total), combustíveis (11,6% do total) e produtos agrícolas (11,5% do total). Os principais parceiros de importação são Portugal (16,6% das importações em 2011), China (8,8%), Holanda (8,7%) e Estados Unidos da América (8,4%).

Principais Clientes e Fornecedores

De acordo com o Serviço Nacional de Alfândegas (SNA), desde 2008 que a **China ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança, em consequência do aumento das aquisições de petróleo**. Em 2012, foi a vez da Índia ultrapassar os EUA enquanto principal destino das exportações angolanas, tendência que se manteve em 2013. De salientar que estes três países assumem, tradicionalmente, uma grande importância enquanto clientes de Angola, tendo representado 64,7% das suas exportações totais em 2013.

Angola é o principal parceiro da China no continente africano e o segundo maior fornecedor de petróleo, depois da Arábia Saudita. Cerca de 48,6% das exportações atuais de petróleo angolano destinam-se à China.

Outros clientes importantes são Taiwan (6,4%), Canadá (5,0%) e Espanha (4,9%).

O conjunto dos cinco principais clientes, conforme tabela que se segue, representou 76,3% das exportações de Angola em 2013.

TOP 5 Clientes

Exportações	2011	2012	2013	Quota %
China	24.361	33.710	31.970	48,6%
Índia	6.842	6.932	5.526	8,4%
Estados Unidos da América	10.625	6.595	5.021	7,6%
Taiwan	5.386	4.700	4.338	6,6%
Canadá	5.850	3.520	3.305	5,0%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café
Milhões de dólares norte-americanos

No que respeita às importações, Portugal constitui-se como o principal fornecedor de Angola, tendo representado 16,5% do total das importações em 2013, seguido da China, com uma quota de 11,1%. Dos restantes fornecedores, destacam-se os Estados Unidos da América (6,0%), o Brasil (4,6%) e a África do Sul (4,5%).

No contexto das importações de Angola, os seus principais fornecedores viram o seu peso diminuir em 2013 (relativamente ao ano anterior).

O conjunto dos cinco principais fornecedores, conforme tabela que se segue, representou 42,6% das importações angolanas em 2013.





TOP 5 Fornecedores

Importações	2011	2012	2013	Quota %
Portugal	3.455	5.398	4.567	16,5%
China	1.837	3.527	3.065	11,1%
Estados Unidos da América	1.748	2.067	1.663	6,0%
Brasil	940	1.480	1.261	4,6%
África do Sul	950	1.543	1.247	4,5%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café
Milhões de dólares norte-americanos

Principais Produtos Transacionados

No que diz respeito aos principais produtos exportados por Angola, os últimos dados disponibilizados pelo SNA, permitem relevar a importância fulcral dos produtos energéticos para a economia angolana (98,3% do total das exportações em 2013), o que deixa **a balança comercial do país muito vulnerável à flutuação do preço do petróleo nos mercados internacionais.**

Por outro lado, **as importações são constituídas por um vasto leque de produtos, dos quais se destacam os seguintes grupos: veículos e outros materiais de transporte (25,2% do total de 2013); máquinas, equipamentos e aparelhos (19,9%); produtos agrícolas (11,1%); metais comuns (9,9%) e combustíveis (7,5%).** Este conjunto de produtos foi responsável por 73,6% das importações totais de Angola em 2013.

Principais Produtos Transacionados – 2013

Exportação grupos produtos	2013	%	Importação grupos produtos	2013	%
Combustíveis	66.599	98,3%	Veículos e o. mat. de transporte	6.973	25,2%
Agrícolas	50	0,1%	Máquinas, equip. e eparelhos	5.505	19,9%
Madeira e cortiça	n.d	-	Agrícolas	3.078	11,1%
Metais comuns	n.d	-	Metais comuns	2.750	9,9%
Outros produtos	1.122	1,7%	Combustíveis	2.070	7,5%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café
Milhões de dólares norte-americanos

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante na atividade económica, sendo Angola o sétimo país, no contexto do Continente Africano, que recebeu mais projetos de investimento entre 2003 e 2011. Como já referido, será desejável a partir de agora que esse IDE vá também para os setores produtivos primário e secundário.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), Angola é bastante mais importante a nível mundial enquanto recetor de IDE, do que enquanto emissor. Em 2010 o país posicionou-se em 25.º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor (0,8% do total mundial), num universo de 208 países, e ocupou a 52.ª posição no conjunto dos países emissores (0,1%).



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Entre 2008 e 2012, Angola terá recebido 64,4 mil milhões de dólares de investimento direto estrangeiro (média anual de cerca de 12,9 mil milhões de dólares) e, segundo estimativas da EIU, o *stock* total de IDE atingiu 115,5 mil milhões de dólares, correspondendo a 93,7% do PIB.

Por outro lado, **o investimento angolano no estrangeiro tem sido reduzido, sendo que nos últimos cinco anos o país investiu 6,8 mil milhões de dólares, o que se traduz numa média anual de cerca de 1,4 mil milhões de dólares.**

Investimento Direto					
	2008	2009	2010	2011^a	2012^a
Investimento estrangeiro em Angola	16.581	11.672	9.942	12.565	13.642
Investimento de Angola no estrangeiro	2.570	8	1.163	1.250	1.850
Posição no "ranking" mundial					
Como recetor	20 ^a	28 ^a	25 ^a	n.d	n.d
Como emissor	44 ^a	105 ^a	52 ^a	n.d	n.d

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e UNCTAD - World Investment Report 2012

Nota: (a) Estimativa

A atração dos investidores estrangeiros por Angola deve-se sobretudo às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos setores, particularmente os relacionados com o petróleo. Nas atividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, a reabilitação das infraestruturas e a agricultura, prevendo-se a sua intensificação no futuro próximo.

Segundo a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), no primeiro semestre de 2012, o investimento privado nos setores não-petrolíferos terá superado mais de mil milhões de dólares. **O setor da indústria transformadora lidera a lista dos investimentos, seguindo-se a prestação de serviços, o comércio por grosso e a retalho, a construção e o design.** As províncias de Luanda, Benguela e Bengo, são as regiões do país que mais beneficiarão com estes investimentos privados.

Um estudo recente da Ernst Young revela que, entre 2003 e 2011, cerca de 80% dos fluxos de IDE se destinou ao setor petrolífero que, a par da indústria extrativa em geral, deverá continuar a ser a maior fonte de atração de capital estrangeiro. Embora os setores do petróleo e gás sejam os que atraíram mais capital, foi nos serviços financeiros que se verificou o maior número de projetos (42,5% do total).

Segundo o mesmo documento, **Portugal foi o país que, no período referido, mais projetos desenvolveu em Angola, seguido dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e África do Sul.**

A chave para Angola progredir nos indicadores internacionais de competitividade e na aceleração da transição da economia, da fase *factor-driven* para *efficiency-driven*, reside na captação de fluxos de IDE, em associação com investimentos internos, que promovam uma forte subida das atividades industriais de média e alta tecnologia, queimando etapas no processo de modernização tecnológica, elevando as cadeias de valor empresariais, e fazendo emergir setores não-petrolíferos com potencial de exportação e competitividade na economia global e, em particular, nos países vizinhos e na África Subsariana em geral.

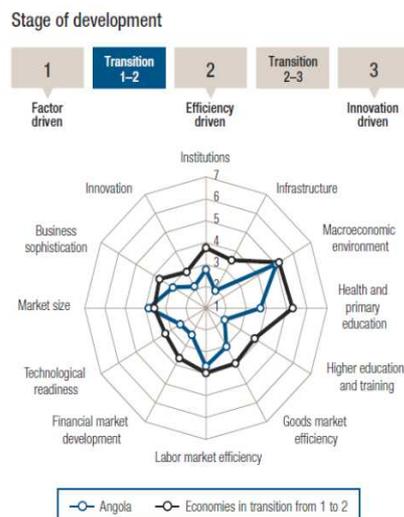




Angola: Global Competitiveness Report 2014: Rank 142

Key indicators, 2012

Population (millions).....	19.6
GDP (US\$ billions).....	118.7
GDP per capita (US\$).....	5,873
GDP (PPP) as share (%) of world total.....	0.15



Uma outra condição é indispensável – a melhoria da *governance* pública, orientada designadamente para a clarificação e simplificação legislativa, para celeridade e impessoalidade administrativa, particularmente em matéria de licenciamento empresarial, e para aplicação inequívoca da “*rule of law*” na litigância jurídica sobre interesses empresariais.

Com efeito, **em termos de facilidade em fazer negócios, Angola está classificada apenas em 172.º lugar no ranking da *Doing Business* 2012, num conjunto de 185 países.**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

A República de Angola é membro, entre outras organizações, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD – <http://www.afdb.org/en>), da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP – http://www.opec.org/opec_web/en/index.htm) desde 1 de janeiro de 2007, e da Organização das Nações Unidas (ONU – <http://www.un.org>) e grande parte das suas agências especializadas (<http://www.un.org/en/aboutun/structure/#Others>), de entre as quais se destacam a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

É também membro do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e integra, desde 23 de novembro de 1996, a Organização Mundial de Comércio (OMC – <http://www.wto.org>).

A nível regional, Angola faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (mais conhecida pela sigla em inglês – **SADC** – *Southern African Development Community*), da União Africana (UA) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

A SADC (instituída inicialmente como “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral – SADCC”, em 1 de abril de 1980) foi criada em 17 de julho de 1992 com a assinatura do Tratado de Windhoek e consiste numa organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral. Atualmente fazem parte da SADC (<http://www.sadc.int/>) 15 membros: África do Sul, Angola, Botswana, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Entre os principais objetivos da SADC encontram-se a promoção do crescimento económico e o desenvolvimento socioeconómico sustentável e equitativo que garantam o alívio da pobreza, com o objetivo final da sua erradicação, a melhoria do padrão e da qualidade de vida dos povos da África Austral e o apoio aos socialmente desfavorecidos, através da integração regional.

A nível comercial foi criada uma Zona de Comércio Livre, estando em preparação a implementação de uma União Aduaneira, um Mercado Comum, uma União Monetária e uma Moeda Única (prevista para 2018), segundo o modelo da União Europeia (UE). A SADC surge como um dos projetos de integração económica mais sólidos do continente africano (<http://www.sadc.int/about-sadc/integration-milestones/>).

A experiência de integração europeia e a crise da União Monetária europeia mostram que esses objetivos terão uma ótica de médio e longo prazo.

A UA (<http://www.au.int/>), fundada em 2002, sucedeu à Organização da Unidade Africana e é composta por cinquenta e quatro Estados membros. Promove a integração regional como forma de desenvolvimento económico e tem por objetivo final a concretização de uma Comunidade Económica que congregue todos os países de África.

Por sua vez, a CPLP (<http://www.cplp.org/>) apresenta como objetivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Aderiram a esta comunidade os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Ao nível das relações com a UE, foi assinado, a 13 de junho de 2000, o Acordo de Cotonou, o qual entrou em vigor a 1 de abril de 2003, e veio a substituir as Convenções de Lomé que, durante décadas, enquadraram as relações de cooperação entre os Estados-membros da UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Com um período de vigência de 20 anos, este Acordo estabelece um novo quadro jurídico regulador da cooperação entre as partes, cujo principal objetivo consiste na redução da pobreza e visa, a longo prazo, a sua erradicação, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva e faseada dos países ACP (atendendo às especificidades de cada um) na economia mundial. Moçambique ratificou o Acordo a 12 de dezembro de 2001.

No âmbito da parceria UE/países ACP, as partes acordaram em concluir novos convénios comerciais compatíveis com as regras da OMC (Acordos de Parceria Económica – APE), eliminando progressivamente os obstáculos às trocas comerciais e reforçando a cooperação em domínios conexos como a normalização, a certificação e o controlo da qualidade, a política da concorrência e a política do consumidor, entre outros.



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Os novos regimes comerciais deviam ser introduzidos de forma gradual e pragmática, tendo sido necessário estabelecer um período preparatório (temporário) que terminou em 31 de dezembro de 2007. Dadas as dificuldades que acompanharam o processo de negociação entre as partes (apenas alguns acordos transitórios foram assinados) houve necessidade de continuar o diálogo com vista a alcançar uma maior abertura.

Atualmente a UE e quatro dos Estados SADC (Botswana, Lesoto, Moçambique e Suazilândia) já assinaram o Acordo de Parceria Económica interino (junho/julho de 2009), que assegura o acesso das mercadorias originárias destes países africanos ao mercado comunitário até que se alcance um memorando definitivo entre a África Austral e a UE; Angola mantém negociações com vista à assinatura do Acordo Interino, sendo os progressos lentos e pouco significativos.

Os interessados podem consultar informação sobre o Acordo Cotonou no Portal Europa, em: http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm e sobre a evolução das negociações entre a UE e a SADC, na página da Comissão Europeia (*Bilateral Relations – Countries and Regions – SADC* – http://ec.europa.eu/trade/creating_opportunities/bilateralrelations/regions/sadc/).

No que respeita ao relacionamento bilateral entre a União Europeia e Angola, o *site* da Comissão Europeia, no tema *European External Action Service (EU Relations with Angola)*, disponibiliza informação atualizada – http://eeas.europa.eu/angola/index_en.htm.

SISTEMA FINANCEIRO

Na última década, **o setor financeiro beneficiou da expansão económica impulsionada pelo setor petrolífero, assim como das medidas implementadas pelo Governo para estabilização da economia, ao nível da política monetária e cambial. Assistiu-se ao fortalecimento das instituições financeiras e ao reforço do seu papel, como um dos impulsionadores da economia.**

O setor financeiro angolano é composto por 23 bancos comerciais, dos quais três são detidos pelo Estado. As atividades no setor de seguros e de pensões são ainda pouco expressivas.

Como é natural, o setor financeiro começou pela atividade bancária, assiste-se agora ao desenvolvimento do negócio segurador e terminará com o mercado de capitais.

A atividade financeira em Angola está centrada no sistema bancário. **O acesso a capitais e os baixos níveis de liquidez e de solvabilidade das empresas angolanas constituem os maiores problemas estruturais.**

Estes são entraves graves ao desenvolvimento da economia real, e a maior questão prende-se com a necessária e urgente mudança de atitude face ao esforço que o Estado tem realizado em financiar o tecido empresarial. É urgente que os agentes económicos empresariais assumam o racional de que a aquisição de uma dívida bancária exige o compromisso do seu retorno e conduzam a sua gestão financeira em conformidade.

Ao mercado de capitais caberá um papel essencial na captação de fundos de poupança interna e externa para financiamento dos novos projetos de desenvolvimento públicos e privados.





Não existe ainda um verdadeiro mercado de capitais, continuando a decorrer a preparação do seu arranque.

O mercado de capitais começará naturalmente pelo mercado da dívida para posteriormente se estender ao mercado de ações, em ligação com a melhoria com as práticas de *corporate governance*. Entretanto, a Comissão de Mercado de Capitais (o futuro "*watchdog*") tem vindo a produzir o enquadramento regulatório e a dinamizar o processo de criação do mercado de que os bancos serão também promotores ativos designadamente através da sua atividade de intermediação financeira.

O sistema bancário em Angola, em síntese, segue o modelo tradicional de retalho – captação de recursos (depósitos), concessão de financiamento (crédito de curto/médio prazo), e investimento da liquidez excedentária em Títulos do Tesouro, dado que o rácio de transformação de depósitos em créditos é ainda bastante inferior a 100% (62,7% em 2012).

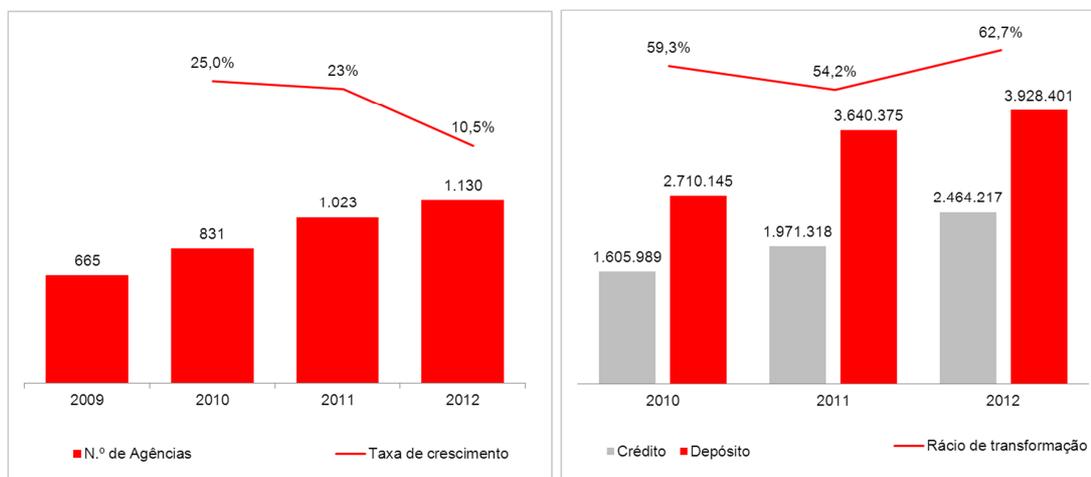
As estratégias concorrenciais assentam na busca por níveis de satisfação e lealdade dos clientes e numa tendência crescente para a *bancassurance*, com um setor segurador ainda embrionário.

A taxa de bancarização é ainda incipiente, mas progride rapidamente, bem como a literacia financeira. A "desdolarização" da economia tem ampliado o mercado bancário. Mas as ineficiências operacionais e de *back-office*, que ainda provocam tempos excessivos de espera no atendimento, estão a ser diminuídas.

Os bancos têm vindo a investir significativamente na segurança operacional e na melhoria dos meios de pagamento, na abertura de novos canais e na expansão da *internet banking* e de TIC modernas. Aqui, os principais condicionamentos são ainda as deficiências nas redes físicas de telecomunicações.

Os rácios de solvabilidade são de qualidade, indicando robustez financeira.

A bancarização da economia, sendo ainda baixa, está a progredir rapidamente, com a abertura de novas agências bancárias, por todo o País, em especial por parte dos principais bancos – o nº de balcões praticamente duplicou entre 2009 e 2012, de 665 para 1.130. A progressão relativa do crédito concedido e dos depósitos captados, bastante significativas, no quadriénio 2009-2012, conduziu, com oscilações, a um incremento lento do rácio de transformação.



Fontes: BNA; Deloitte e KPMG

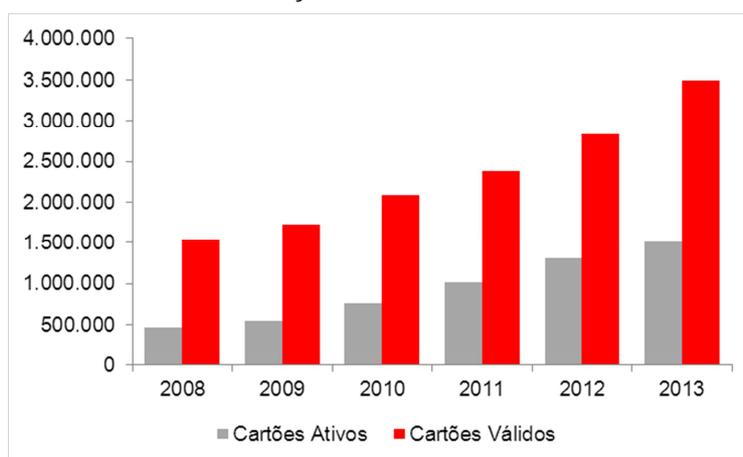


A evolução das redes de cartões de débito e de crédito, das caixas automáticos (ATM) e dos terminais de pagamento automático (TPA), espelham bem esta dinâmica.

Rede de Cartões de Débito e de Crédito

O número de cartões válidos registou um aumento de cerca 23% em 2013, enquanto o número de cartões ativos subiu 15%.

Evolução do n.º de Cartões



Fonte: EMIS

Notas: Cartão Válido - cartão registado na Rede com data de expiração válida no último dia do mês. Cartão Ativo - cartão com pelo menos um movimento no mês.

Rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA) e Caixas Automáticos (ATM)

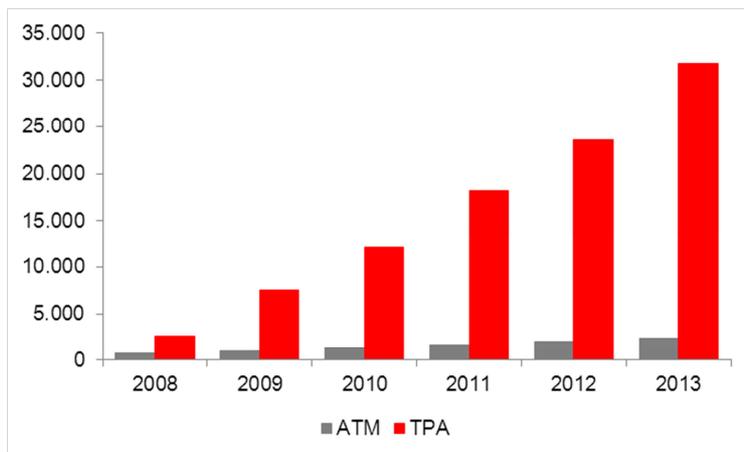
A evolução do número de terminais de pagamento automático (TPA) tem sido muito positiva e, em 2013, o seu parque já contava com 31.176 unidades, o que face ao período homólogo representou um crescimento de 34,7%. O número das operações financeiras subiu 63,1%, fixando-se em 21.719.200 milhões de Kwanzas, sendo que, deste montante, 98,6% diziam respeito a compras.

No que respeita aos caixas automáticos, a sua evolução também é positiva, no entanto a base de partida ainda é pequena. Em 2013, o número ATM fixou-se em 2.334 unidades, o que face ao período homólogo representou um crescimento de 15,9%.





Evolução do n.º de TPA e ATM

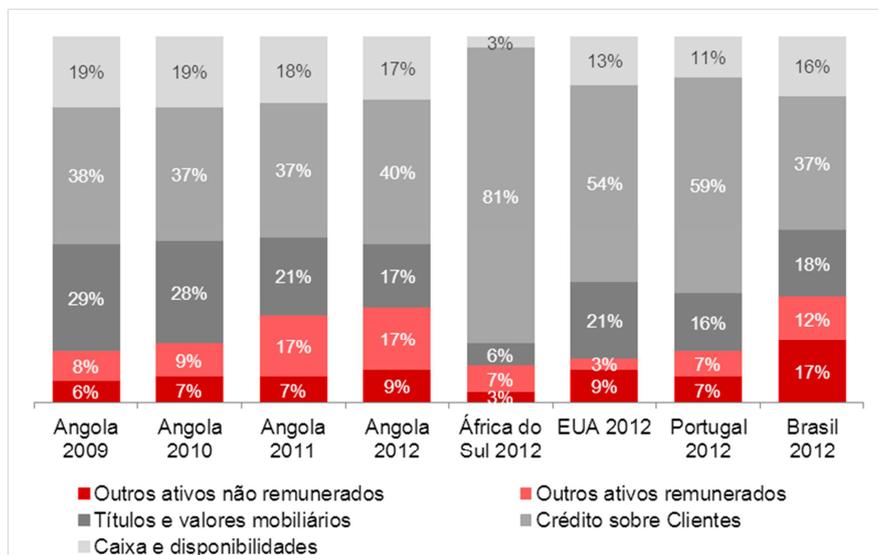


Fonte: EMIS

Notas: N.º de TPA – n.º de terminais matriculados na rede Multicaixa. Montantes anuais acumulados (exceto n.º de TPA/n.º de TPA por Província). Operações Financeiras - operações com impacto financeiro na conta de suporte ao cartão (excluindo comissões).

Estrutura de Ativos

A estrutura de ativos consolidada do setor cresceu em 2012 cerca de 15%, tendo o peso do crédito a clientes subido 3 pp para 40%, o que já ultrapassa, por exemplo, o Brasil mas ainda está distante do que se verifica nas economias desenvolvidas. Em 2012, na estrutura de financiamento do ativo, o peso dos depósitos dos clientes reduziu-se também em 3 pp, para 68%, em contrapartida do aumento do peso dos outros passivos, para 22%.

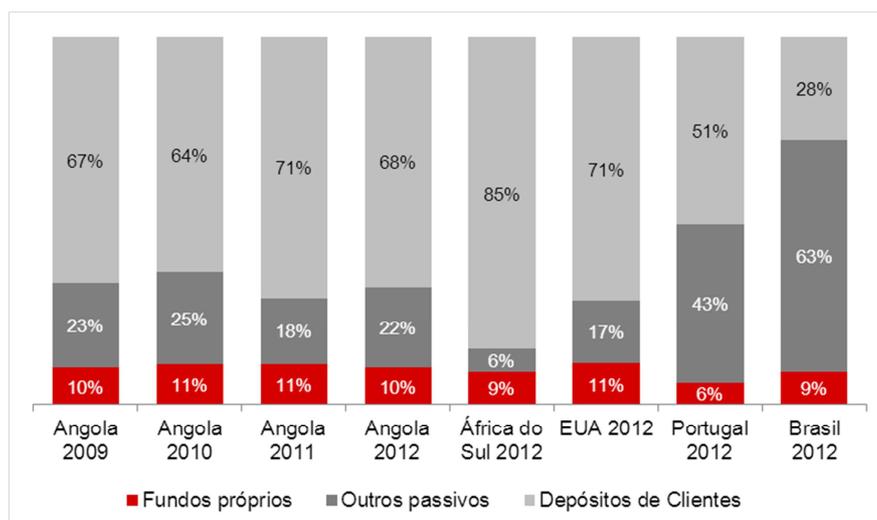


Fonte: Bancos Nacionais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014



Fonte: Bancos Nacionais; Demonstrações Financeiras dos Bancos

O rácio de transformação de depósitos em crédito, como se referiu, tem vindo a subir mas permanece ainda baixo, o que significa existir liquidez no sistema, devido à poupança gerada em Angola, para financiamento de novos projetos de investimento.

O aumento do crédito a clientes, particularmente o concedido a PME, defronta dois problemas estruturais sérios: a qualidade da informação contabilística e financeira, que é ainda muito deficiente, e a exigência de garantias, seja em ativos líquidos seja avales pessoais, que não consegue ser satisfeita por parte destas empresas. Por outro lado, a taxa de crédito mal parado é excessiva.

Contudo, a percentagem de PME com acesso ao crédito praticamente duplicou entre 2006 e 2010 e continua, lentamente, a aumentar. Entretanto, o rácio de crédito vencido subiu significativamente em 2012 para 11%, tendo-se situado em 8% em 2010 e 6% em 2011.

Como acontece em geral na África Subsariana, o rácio de concentração bancária é elevado em Angola – os cinco bancos principais (por ordem alfabética, BAI, BES, BIC, BFA e BCP) detinham uma quota de mercado de 83% em 2012.

Os indicadores de rentabilidade e de eficiência destes bancos principais têm sido bastante positivos, o que indica que Angola tem um sistema sólido para financiar o desenvolvimento da economia real.

Indicadores de Rentabilidade	2008	2009	2010	2011	2012
Margem Financeira	4,6%	3,6%	5,2%	4,8%	3,7%
Margem Complementar	3,0%	4,2%	2,4%	2,5%	2,6%
Retorno dos Ativos Médios (ROAA)	3,3%	3,4%	3,4%	2,7%	1,5%
Taxa de Alavancagem	13,7	10,6	9,3	9,3	9,7
Retorno dos Fundos Próprios Médios (ROAE)	41,9%	39,9%	33,0%	25,4%	14,0%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Indicadores de Eficiência	2008	2009	2010	2011	2012
Cost-to-Income	37,7%	34,5%	38,1%	40,9%	48,1%
Rácio de Eficiência	2,7	2,9	2,6	2,4	2,1
Custos Operacionais (% Ativos)	2,9%	2,7%	2,9%	3,0%	3,1%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

As perspetivas de evolução do setor bancário para os próximos anos apresentam-se também como bastante positivas, por três razões: a sustentabilidade do crescimento económico, a margem de progressão do processo de bancarização e o crescente ajustamento dos indicadores macroeconómicos, fruto da política monetária e da supervisão bancária que o BNA tem vindo a levar a cabo.

Quanto a este ponto, deve destacar-se que o BNA, através do Comité de Política Monetária, teve em 2012 o primeiro ano completo de definição da TBJ (Taxa Básica de Juro) e das taxas de facilidade de cedência e absorção de liquidez.

A TBJ baixou logo no início de 2012 para 10,25% e manteve-se estável até ao final do ano. Com a descida da taxa de inflação, que continuou em 2013, a LUIBOR, por sua vez, apresentou um comportamento estável, registando-se em 2012 um intervalo entre os 6,2% ao ano na maturidade *overnight* e os 10,66% ao ano na maturidade a 12 meses.

Com a relativa estabilidade cambial que se tem vindo a registar e o avanço do processo de “desdolarização” é expectável que nos próximos anos o processo de desinflação continue a avançar de forma sustentável, constituindo um estímulo adicional o processo de desenvolvimento económico.





APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

A aposta na diversificação setorial da economia deverá conceder a primazia às atividades com maior potencial de crescimento e de criação de emprego.

Tendo em conta a posição geográfica, o clima favorável, a aptidão dos solos e a riqueza dos recursos piscícolas, a agricultura, silvicultura, pecuária e pescas deverão ser setores estratégicos; e, tendo em conta as respetivas relações de *input-output*, as agroindústrias, os materiais de construção e o comércio em geral tenderão a crescer rapidamente, reduzindo a atual excessiva dependência das importações.

A Nova Pauta Aduaneira, que entrou em vigor no corrente ano, favorecerá a produção interna e a industrialização de Angola, desenvolvendo assim o mercado interno. Esta pauta fará naturalmente que à fase inicial de exportação para Angola se junte um processo de investimento direto em Angola e de criação de capacidade produtiva por parte das empresas que previamente exportavam para Angola.

O agravamento generalizado das taxas aduaneiras aplicadas à importação de produtos e serviços, é uma das medidas mais esperadas, mas também aquela que os agentes económicos, nacionais e internacionais, mais receiam. Neste aspeto, a nova legislação não defrauda as expectativas, já que a taxa máxima sobe de 30% para 50%.

Nova Pauta Aduaneira: Principais Novidades

- Adoção de medidas de salvaguarda de combate ao *dumping* para proteção da produção nacional;
- Atualização e adaptação à versão 2012 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado;
- Revisão generalizada das taxas dos direitos de importação e do Imposto de Consumo aplicáveis às mercadorias importadas;
- Subida da taxa máxima de Direitos Aduaneiros de 30% para 50%;
- Adequação da Pauta Aduaneira à nova Lei do Investimento Privado;
- Revogação de todas as isenções de Emolumentos Gerais Aduaneiros.

Fonte: Revista Negócios Angola Portugal, CCIPA, N.º 97 de 2014.

É fundamental, para que se materialize o potencial de crescimento, a existência de um regime de concorrência vibrante e de qualidade, para que os investimentos, daí decorrentes, se pautem pelos critérios de custo de oportunidade e de *upgrade* continuado dos equipamentos e processos produtivos, tendo por referência padrões internacionais.

O potencial de crescimento e de desenvolvimento de Angola também deverá assentar noutras vantagens competitivas do país, tais como:

- A dimensão geográfica e a capacidade de alargamento do mercado interno, das maiores em África;
- A provável descoberta de novas e importantes reservas de petróleo, gás natural e outros minerais;



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- **As potencialidades energéticas, em hídricas e energias renováveis;**
- **A execução dos atuais ambiciosos programas de infraestruturas, habitações e instalações turísticas;**
- **A expansão dos serviços em geral e dos transportes, banca, educação e saúde, em especial.**

Para tal será, porém, necessário implementar políticas públicas que eliminem, ou pelo menos, mitiguem importantes estrangulamentos e constrangimentos que, apesar de melhorias recentes, ainda persistem, nomeadamente:

- Fracas infraestruturas físicas, portuárias, telecomunicações fixas e energéticas, designadamente insuficiente geração de energia elétrica e fraca qualidade nas redes de distribuição;
- Forte insuficiência da oferta e da qualidade do ensino em geral e dos serviços de saúde, e enquadramentos legais e administrativos excessivamente burocráticos;
- Excessiva assimetria na distribuição de rendimentos regionais e familiares, e prevalência de níveis de pobreza, lesivas do desenvolvimento e bem-estar.

Estas orientações estratégicas constituem eixos fundamentais da programação pública a médio prazo.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE MÉDIO PRAZO

Na sequência do processo de reconstrução do país destruído por décadas de guerra, Angola aproxima-se agora da fase de modernização e sustentabilidade. Esta fase tem por eixo principal a completa alfabetização e escolarização do país.

Com a finalidade de atingir os objetivos a que se propõe, o Governo desenvolveu um Plano para o Desenvolvimento 2013 – 2017, considerado o principal veículo na concretização da Estratégia Angola 2025, cujo principal objetivo político é o aumento da qualidade de vida em Angola.

Traduzido pelo mote “**Estabilidade, Crescimento e Emprego**” está essencialmente alicerçado na transformação da riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível, de forma a combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população.

O grande objetivo macroeconómico de Angola é a criação de emprego qualificado e adequadamente remunerado, em particular para os jovens num país que se pretende contemporâneo e desenvolvido. Neste enquadramento, as Políticas de Desenvolvimento apontam para programas essenciais ao desenvolvimento:

- Política de População;
- Política de Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional;
- Política de Apoio à Reintegração Socioeconómica de Ex-Militares;
- Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica;
- Política de Reforma Tributária e das Finanças Públicas;
- Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica;
- Promoção e Diversificação da Estrutura Económica Nacional;



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- Promoção do Emprego e Capacitação e Valorização dos Recursos Humanos Nacionais;
- Promoção do Empreendedorismo e do Desenvolvimento do Setor Privado Nacional;
- Apoio às Exportações;
- Política de Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Proteção Social;
- Política de Modernização da Administração e Gestão Públicas;
- Política Integrada para a Juventude;
- Política de Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território;
- Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na União Africana e na SADC;
- Política Nacional de Sociedade de Informação.

Em termos setoriais destacam-se os seguintes objetivos de médio prazo:

População

- Melhorar as condições de vida da população, mediante a alteração das tendências demográficas e a intervenção ativa da população no processo de desenvolvimento e de reconstrução do país;
- Reduzir a incidência da pobreza e desigualdades sociais;
- Reduzir significativamente as mortalidades materna e infantil;
- Reequilibrar a distribuição da população pelo território, criando incentivos à mobilidade das populações;
- Aumentar o grau de escolarização dos jovens e diminuir o número de analfabetos adultos, em particular da população rural, de forma a elevar a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica;
- Promover soluções para os principais problemas da juventude e alcançar os grandes objetivos de democracia participativa e de desenvolvimento social;
- Aumentar o nível de bem-estar e a independência económica da população idosa;
- Promover a dignidade, a autonomia e autossuficiência económica dos indivíduos portadores de deficiência.

Reforma Tributária e das Finanças Públicas

- Diversificar as fontes de receita e aumentar a estabilidade financeira nacional, através da implementação de medidas que aumentem a receita tributária não-petrolífera e garantam um efetivo combate à evasão e fraude fiscais;
- Garantir a estruturação do sistema de gestão das finanças públicas, fazendo acompanhar a desconcentração e descentralização da administração pela desconcentração e descentralização financeira, nomeadamente revendo as competências da Administração Tributária a nível central e local.

Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica

- Promover o crescimento equilibrado dos vários setores de atividade económica, centrado no crescimento económico e na expansão das oportunidades de emprego;
- Valorizar os recursos naturais, possibilitando o alongamento das cadeias de valor e a construção de *clusters* e fileiras com base nos recursos endógenos;



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- Aumentar a autossuficiência do país, através da gradual substituição das importações;
- Alcançar níveis elevados de emprego, produtividade e competitividade, bem como a valorização e a diversificação estrutural da economia angolana;
- Ampliar a diversificação da economia através do fomento empresarial privado;
- Promover a criação de uma classe empresarial preparada para dinamizar a atividade económica e o surgimento de novas empresas, nomeadamente de base nacional;
- Promover uma política de prioridade ao emprego e valorização dos recursos humanos nacionais;
- Promover a inserção e reinserção na vida ativa;
- Apoiar a formação profissional ao longo da vida;
- Modernizar a organização do trabalho;
- Aumentar o valor acrescentado das exportações petrolíferas;
- Aumentar e diversificar as exportações não-petrolíferas, promovendo os setores com vantagens comparativas de custos nos mercados internacionais.

Inserção Competitiva de Angola no Contexto

- Criar condições favoráveis para a modernização do país e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais globalizado e incerto;
- Combater todas as formas de concorrência desleal e de atos lesivos ao sã funcionamento dos mercados;
- Apoiar as empresas de capitais maioritariamente angolanos a ultrapassar o desnível competitivo que as separa das empresas de referência internacionais;
- Participar e influenciar o processo regional de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo, procurando soluções coletivas para os problemas do continente e para os problemas internacionais na base do direito internacional e reconhecendo um papel central à União Africana e à ONU;
- Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, nomeadamente nas regiões circunvizinhas;
- Proteger os interesses do país no exterior e promoção da imagem de Estado democrático e de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente.

PLANO NACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Tem como principal objetivo a facilitação da ligação dos cidadãos ao Mundo.

Desde 2005 que em Angola se tem verificado um aumento importante do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), essencialmente devido ao crescimento económico, ao contexto político e social favorável, e à descida do preço das comunicações.

Subsistem, contudo, lacunas em termos de infraestruturas, recursos humanos qualificados, conteúdos e serviços para os cidadãos e empresas, o que limita o acesso e a criação de valor através das tecnologias de informação.

É uma área de grande oportunidade para as iniciativas comerciais e de IDE de empresas portuguesas.





PROJETOS ESTRUTURANTES EM CURSO OU PLANEADOS

Em Angola está em curso uma forte aposta no desenvolvimento de quadros preparados para a gestão de empresas. **Várias são as escolas angolanas, com fortes parcerias com Universidades portuguesas e brasileiras, que apresentam na sua carteira de oferta licenciaturas e pós-graduações nas áreas da gestão empresarial, existindo um conjunto alargado de escolas de qualidade das quais podemos destacar as seguintes:**

- Angola Business School (parceria entre a Nova School of Business and Economics de Lisboa e empresários angolanos);
- Católica Luanda Business School;
- Universidade Agostinho Neto;
- Universidade José Eduardo dos Santos;
- Instituto Superior Sol Nascente;
- Escola Nacional de Administração de Angola;
- Universidade Metodista de Angola;
- Universidade Lusófona de Lisboa.

Os quadros seguintes apresentam um conjunto de objetivos expressos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A amplitude das áreas de intervenção e a ambição dos objetivos expressam de forma clara a ambição que a política socioeconómica do Governo angolano incute ao país.

Esta abrangência quantitativa e qualitativa constitui uma vasta fonte de oportunidades para a iniciativa privada que apresente experiência comprovada na gestão sustentada de projetos e empresas nas respetivas áreas de intervenção.

Cluster Transportes e Logística		Projetos	% Clusters Prioritários	% Total
Projetos	N.º	123	43,93%	31,54%
Investimento (10 ⁶ Kz)	Montante	2.342.691	50,95%	38,64%





Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Objectivos Nacionais	Indicadores dos Objectivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Prevenção da Unidade e da Coesão acional	Índice de Desenvolvimento Humano	0,486	0,49	0,5	0,52	0,53	0,54	Reduzir a taxa de mortalidade infantil e materno-infantil Implementar 9 anos de escolaridade obrigatória. Acelerar os programas de alfabetização, em particular a nível rural. Reduzir significativamente o índice de pobreza e a taxa de desemprego.
	Taxa de Alfabetização de Adultos (15 ou mais anos)	65,6	67	68,5	70	73	75	Reforçar o Programa de Alfabetização de Adultos. Implementar um Programa Específico de Alfabetização no Meio Rural.
	PIB Per Capita em USD	5.783	6.469	6.825	7.398	7.954	8.268	Assegurar taxas elevadas e sustentáveis de crescimento do PIB, essencialmente através da aceleração do crescimento do produto não petrolífero.
	Índice de Participação Feminina no Parlamento e no Executivo	35	38	38	39	39,5	40	Aplicar uma Política de Igualdade de Género. Promover a Igualdade de Género no Acesso ao Emprego e à Formação Profissional. Organizar acções de sensibilização para o papel da mulher na vida política e comunitária.
Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento	Taxa de Crescimento do PIB (Ano Base, 2011)	3,4	7,1	8	8,8	7,5	4,3	Promover a Competitividade e o Desenvolvimento Sustentável dos vários Sectores da Actividade Económica. Intensificar o processo de diversificação da economia, com prioridade para os clusters da alimentação e agro-industria, energia e água, habitação e transportes e logística. Apoiar o desenvolvimento do empresariado nacional Melhorar a qualificação e competências dos recursos humanos angolanos. Promover o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Implementar Polos de Desenvolvimento, Polos de Equilíbrio e ZEE's.
	Taxa de Crescimento do PIB Não Petrolífero (Ano Base, 2011)	9	7,3	9,7	11,2	9,2	10,4	Elaborar uma Estratégia de Diversificação da Economia. Assegurar a coordenação entre os investimentos públicos e privados. Definir e Implementar uma Política de Parcerias Público Privadas que salvaguarde o Interesse Nacional. Realizar estudos sectoriais sobre cadeias de valor, em particular, para os Clusters Prioritários.
	Taxa de Crescimento da Produção de Bens Alimentares	10	10	12	14	15	17	Desenvolver uma agricultura competitiva, assente na reorientação da produção familiar para o mercado e no relacionamento do Sector empresarial. Reabilitar e expandir as infraestruturas de apoio à produção agro-pecuária Relançar culturas de rendimento com perspectivas de rentabilidade e com tradição no território. Promover a prática do regadio para o aumento da produtividade e competitividade da agricultura. Fomentar a produção de sementes. Implementar polos de desenvolvimento agro-pecuário e agro-industrial. Aumentar a produção pesqueira de forma sustentável. Investir em infraestruturas de conservação dos produtos da pesca. Desenvolver a aquicultura.

(continua)





Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Objectivos Nacionais	Indicadores dos Objectivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento	Taxa Média de Inflação (Ano Base, 2011)	11,4	9	8	7	7	7	Melhorar a coordenação da Política Orçamental com a Política Monetária e Cambial. Conduzir uma Política Monetária que Assegure a Estabilidade dos preços. Conduzir uma Política Cambial que Permita um Melhor Controlo e Gestão Monetária e Preserve o Valor do Kwanza.
	Taxa Geral de Emprego	72,5	72,5	73	73,5	74,5	75	Combater o Desemprego de Longa Duração. Apoiar a Aprendizagem e a Formação ao Longo da Vida. Incentivar a utilização de técnicas mão-de-obra intensivas nos novos projectos de investimento, nomeadamente, nos de natureza pública e nos sectores produtores de bens não transacionáveis. Adoptar medidas legais que permitam o acesso predominante de angolanos aos postos de trabalho que exijam altas qualificações. Estabelecer mecanismos de consulta e orientação vocacional e profissional.
	Nº de Diplomados pelo Ensino Superior (milhares)	5,7	8	11	14	17	20	Promover o Desenvolvimento, a racionalização e consolidação do Ensino Superior. Implementar o Plano Nacional de Formação de Quadros. Criar e desenvolver o Ensino Superior Tecnológico. Desenvolver o ensino pós-graduado e estudos avançados. Construir as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do ensino das ciências, engenharias e tecnologias, e ciências da saúde. Promover e estimular a formação pós-graduada dos docentes do ensino superior. Construir Lares e Internatos para os estudantes do ensino superior.
	Nº de Diplomados pelo Ensino Técnico Profissional (milhares)	20,1	25	35	47,5	60	70	Expandir e melhorar a Rede Escolar para o Ensino Técnico-Profissional e respectivos equipamentos e assegurar a formação dos respectivos professores. Promover o Desenvolvimento e Consolidação do Ensino Técnico-Profissional. Implementar o Plano Nacional de Formação de Quadros. Promover o combate ao abandono escolar. Articular o Ensino Técnico-Profissional com o Ensino Superior Tecnológico.

(continua)





Objectivos Nacionais	Indicadores dos Objectivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Garantia dos Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento	Taxa de crescimento das exportações não petrolíferas (%)	20,3	22	22	23	23	24	Identificar sectores, produtos exportáveis e mercados-alvo e elaborar os respectivos estudos de vantagens comparativas. Modernizar os sistemas de informação de apoio ao comércio externo. Simplificar os procedimentos aduaneiros de exportação. Promover a cultura exportadora junto de empresas nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras. Criar um sistema de incentivos e de crédito à exportação. Criar e implementar o seguro de crédito à exportação. Estabelecer um Sistema de Índices de Concentração de Exportações por produtos e por mercados. Estabelecer um Sistema de Índices de Penetração das Importações de Bens produzidos por Sectores-Chave da Economia Nacional.
	Meses de Importação de Bens e Serviços Cobertos pelas Reservas Internacionais Líquidas (Ano Base, 2011, BNA)	9	10	11	12	12	12	Melhorar o resultado patrimonial não petrolífero das Contas do Estado aumentando gradualmente parcelas crescentes da despesa pública à evolução das receitas correntes do sector não petrolífero. Limitar o recurso ao endividamento para a cobertura de despesas de capital. Garantir a estabilidade da taxa de câmbio primária.
	Km de Estradas Construídos ou Recuperados	986	1.050	1.100	1.250	1.250	1.300	Implementar o Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Secundárias e Terciárias. Promover a Construção de Auto-Estradas. Assegurar a Construção de Redes e Pontes Viárias.
Desenvolvimento do Sector Privado	Volume de Investimento Aprovado pela ANIP (MUSD)	3.189,90	4.000	4.500	5.000	5.500	6.000	Reforçar os incentivos à criação de empresas nacionais. Melhorar as condições de acesso a capital de risco. Expandir a Loja dos Registos, do Guiché do Imóvel e do Balcão Único do Empreendedor, a nível nacional. Operacionalizar o Fundo de Fomento Empresarial.
	Empresas Criadas com Capital Maioritariamente Angolano	n.d.	1.300	1.500	1.800	2.200	2.200	Implementar um Programa de Apoio aos Empreendedores. Estruturar e Apoiar a Entrada em funcionamento da Escola do Empreendedor. Operacionalizar o Fundo de Fomento Empresarial. Reforçar o Sistema de Micro-Crédito. Institucionalizar uma agência de seguros de crédito. Adoptar medidas específicas de apoio à criação e competitividade de empresas angolanas. Introduzir mecanismos de apoio às empresas angolanas e de controlo das importações.
	Número de Encubadoras de Empresas Criadas	n.d.	1	2	2	2	1	Estabelecer um sistema específico de incentivos à criação de incubadoras de empresas.

(continua)



Objectivos Nacionais	Indicadores dos Objectivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Melhoria da Qualidade de Vida	Índice de Pobreza	36,6	35	34	33	31	28	Criar condições que permitam o acesso dos mais pobres e desfavorecidos ao capital, em sentido lato. Estabelecer uma Política Salarial que assegure ao Factor Trabalho uma Remuneração Justa. Utilizar, de forma articulada e convergente, os instrumentos das política fiscal e de segurança social. Implementar um programa de rendimento mínimo para pessoas em situações de risco e de extrema pobreza. Elaborar e implementar projectos de desenvolvimento rural. Criar um subsídio de assistência social orientado em especial para o idoso.
	Esperança de Vida à Nascença	51,1	52	52,5	53	54	55	Melhorar os cuidados integrados para a redução da mortalidade materna. Melhorar os cuidados integrados para a sobrevivência infantil e infanto-juvenil. Ampliar significativamente as redes de Hospitais Municipais e de Centros e Postos de Saúde.
	Taxa Líquida de Escolarização	77,2	79	80	82	84	85	Assegurar a educação pré-escolar. Garantir a obrigatoriedade e gratuidade até ao 1º Ciclo do Ensino Secundário. Elaborar Programas de Combate ao Abandono Escolar. Promover o acesso gratuito aos livros do ensino primário. Aumentar a rede de escolas primárias e secundárias do 1º ciclo. Reduzir as assimetrias sociais e territoriais no acesso ao ensino
	Taxa de Acesso à Água Potável	42	45	47	50	52	55	Melhorar a qualidade do serviço de abastecimento de água nas zonas mais populosas. Completar a implementação do Programa "Água para Todos". Implementar um Programa Nacional de Monitorização de Qualidade de Água para Consumo Humano.

(continua)





Objectivos Nacionais	Indicadores dos Objectivos	Metas dos Indicadores						Medidas de Política Fundamentais
		2010/11	2013	2014	2015	2016	2017	
Melhoria da Qualidade de Vida	Taxa de Acesso ao Saneamento Básico Adequado	59,6	62	63	65	67	70	Elaborar uma Estratégia Nacional de Resíduos Sólidos e Urbanos. Implementar um Sistema de Gestão Ambiental Urbano. Garantir a oferta de habitações sociais em condições especiais de preço e financiamento. Promover a construção de infraestruturas de saneamento básico a nível urbano e rural. Disponibilizar terrenos infraestruturados e legalizados para a auto-construção. Actualizar os Planos Directores de Águas Residuais nas Cidades Capitais de Província e das Sedes Municipais.
	Taxa de Acesso à Electricidade	40,2	42	45	48	52	55	Executar o Programa de Desenvolvimento das Pequenas Centrais Hídricas. Implementar o Programa Nacional de Electrificação Rural. Concluir a reabilitação e Construção de Novas Barragens e Centrais Hidráulicas e respectivas redes de transporte. Assegurar a reabilitação e expansão das Redes Eléctricas de Baixa, Média e Alta Tensão.
	Taxa de Acesso à Rede Móvel de Telefone	32,6	40	45	50	60	75	Promover o Projecto "Angosat". Instalar uma Rede Estruturada de Voz e Dados para as Províncias. Reestruturar a Angola Telecom. Instalar um cabo de fibra óptica "Adones". Modernizar a Rede VSAT-INTEL Construir ou Reabilitar Centros Provinciais – INATEL.
	Taxa de Acesso à Internet	0,3	0,7	1	1,5	2	2,5	Assegurar a Iternet – 3ª Fase. Implementar a Rede Multi-serviços – 2ª Fase. Construir o Centro Nacional de Dados (Rede Arnet e Uninet). Promover o Projecto "Luanda Generation". Garantir a implementação do Projecto "Angola Forum". Generalizar a rede "E-Government" a nível nacional.
Inserção da Juventude na Vida Activa	Taxa de Emprego de Jovens (15-24 anos)	n.d.	46	48	50	52	55	Promover o emprego de jovens e a sua transição adequada do sistema de ensino para a vida activa. Apoiar a Aprendizagem e a Formação ao Longo da Vida. Incentivar a criação de condições adequadas de Emprego. Implementar programas de formação profissional para jovens.
	Nº de Jovens Aderentes ao Programa "Meu Negócio Minha Vida" (Milhares)	n.d.	15	25	35	45	45	Implementar programas de apoio ao empreendedorismo de jovens. Assegurar o acesso de jovens a crédito bonificado para pequenos negócios. Promover a criação de incubadoras de negócios para jovens. Organizar e implementar programas de estágios profissionais para jovens.
Inserção Competitiva de Angola no Contexto Internacional	Posição de Angola no Ranking do "Doing Business" (Ano base=2012)	172	170	170	168	168	165	Expandir a Loja dos Registos, do Guichê do Imóvel e do Balcão Único do Empreendedor, a nível nacional. Rever e implementar o novo regime de falências e recuperação de sociedades comerciais. Simplificar os procedimentos aduaneiros de importação e de exportação. Implementar a Lei da Concorrência. Acelerar a criação e operacionalização das entidades reguladoras. Assegurar a monitorização e o controlo de práticas de monopólio e de abuso de poder económico. Rever o Código de Processo Administrativo. Completar a Rede E-Government.



**Agricultura**

No que respeita à agricultura e segundo o PND, podem ser identificados os seguintes projetos como objetivo:

Programas	Medidas de Política
Programa de Fomento da Atividade Produtiva	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar ações de apoio às campanhas agrícolas2. Fomentar a produção de sementes
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	<ol style="list-style-type: none">1. Reabilitar e construir 30 estações de desenvolvimento agrário (EDA)2. Promover a correção da acidez dos solos3. Incentivar a agricultura familiar orientada para o mercado4. Apoiar o projeto de desenvolvimento de Bom Jesus e Calenga5. Implementação de polos de desenvolvimento agro-pecuário6. Aumentar a capacidade de assistência técnica aos produtores
Segurança Alimentar e Nutricional	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar análises de vulnerabilidade a municípios selecionados2. Instalar a rede agro-meteorológica e o sistema de alerta rápida3. Promover a construção de hortas escolares
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	<ol style="list-style-type: none">1. Assegurar a reabilitação de estações de investigação agrónomica (Nsoso – Uíge, Humpata – Huíla, São Vicente – Cabinda, Kilombo – Kuanza Norte e Alto Capaca – Benguela)2. Reabilitar e modernizar as estações zootécnicas (Nsoso – Uíge, São Vicente – Cabinda e Humpata – Huíla)3. Promover ações de formação e treinamento agropecuário
Desenvolvimento da Agricultura Comercial	<ol style="list-style-type: none">1. Assegurar a instalação dos Polos agro-industriais de Capanda, Cubal, Longa, Quizenga, Pedras Negras, Camabatela2. Apoiar o programa de desenvolvimento agro-pecuário de Camabatela3. Reabilitar estações experimentais do café de Amboim e Ganda4. Promover uma campanha de marketing do café de Angola5. Promover a implementação de projetos agrícolas de larga escala
Programa de Saúde Pública Veterinária	<ol style="list-style-type: none">1. Promover a erradicação da mosca Tsé-tsé2. Realizar campanhas de Contingência e Emergência contra a Raiva3. Implementar o Projeto de Contenção da gripe aviária e outras enfermidades4. Garantir o controlo da doença de New castle, PPCB, dermatites
Desenvolvimento da Fileira das Carnes e Leite	<ol style="list-style-type: none">1. Implementar o projeto de avicultura familiar no Kuanza Norte e Malange2. Apoiar a organização das fazendas de Cacanda, Negage, Nzeto, Luena e Cangandala
Programa de Apoio e Fomento da Produção Animal	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar campanhas de vacinação do gado bovino2. Assegurar a distribuição de galinhas rústicas as comunidades rurais selecionadas3. Apoiar o fomento da criação de pequenos ruminantes4. Fomento da bovinicultura
Construção e Reabilitação de Perímetros Irrigados	<ol style="list-style-type: none">1. Construir ou reabilitar os perímetros irrigados do Sumbe, Mucoso e Missombo2. Reabilitar os pequenos regadios tradicionais nas províncias de Benguela, Kuanza Sul e Bié e outros3. Reabilitar as barragens hidro-agrícolas das Neves, Sendi, Chicungo e Chicomba

(Continua)



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Programas	Medidas de Política
Programa de Relançamento da Fileira da Madeira e de Produtos não Lenhosos	1. Promover a realização de projetos de corte, transformação e transporte de madeira 2. Apoiar projetos de povoamento e repovoamento florestal 3. Atribuir concessões florestais, por concurso público 4. Modernizar a apicultura tradicional
Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	1. Apoiar o projeto de combate à desertificação 2. Realizar o inventário florestal 3. Promover a criação de Bancos de sementes florestais 4. Realizar a inventariação de terras aráveis

Pescas

No setor das pescas e de acordo com o PND, os principais eixos são os apresentados no quadro abaixo:

Indicadores	Ano de Base		Metas			
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Volume da produção do Setor Pesqueiro (Ton.)	354.500	379.950	412.400	442.850	444.850	454.850
Industrial e Semi Industrial	260.000	270.000	280.000	290.000	290.000	300.000
Artesanal (marítima)	80.000	85.000	87.000	87.000	89.000	89.000
Artesanal (continental)	4.500	4.950	5.400	5.850	5.850	5.850
Aquicultura	10.000	20.000	40.000	60.000	60.000	60.000
Produção de peixe seco (Ton)	25.000	30.000	35.000	40.000	40.000	40.000
Produção do sal (Ton)	50.000	70.000	90.000	120.000	120.000	120.000
Produção de conservas (Mil Ton.)	0	800	800	3.400	4.600	4.600
Emprego Gerado (Nº Pessoas)	13.410	13.690	14.065	14.293	14.303	14.303



**Indústria Transformadora**

Naquilo que diz respeito à indústria transformadora e de acordo com a mesma fonte (PND), os objetivos propostos são os seguintes:

Indicadores	Ano de Base		Metas			
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2. Óleo Alimentar (Klt)	4.300	4.300	5.000	5.250	6.500	10.000
3. Leite Pasteurizado (Klt)	2.600	2.600	2.700	4.200	4.700	5.670
4. Leite Pó (Klt)		3.000	3.100	3.250	3.500	4.000
5. Iogurtes (Mil copos)	2.300	2.500	2.500	2.600	2.800	3.000
6. Rações para Animais (Ton)	12.855	13.910	20.085	25.085	30.085	35.085
7. Produção de Bebidas (Mil Hlt)	17.272	18.032	18.506	19.096	19.677	20.434
8. Produção de Têxteis	0	0	8.000	11.000	14.000	28.500
9. Confecções (Unidades)	35.530	42.120	48.620	110.620	168.620	223.120
10. Produção de Couro e Calçado	0	0	3.500	5.000	6.000	6.250
11. Produção de Madeira (Mm3)	16.780	19.250	21.000	22.950	23.450	23.450
12. Produção de Papel (Embal. Cartão) (Ton.)	3.000	3.500	4.500	6.100	8.000	8.000
13. Produção de Livros Escolares (Mil)	33.909	12.500	64.000	72.500	85.000	98.500
14. Produção de Acetileno (Mm3)	235	235	445	545	545	845
15. Produção de Oxigénio (Mm3)	4.555	4.555	7.825	8.225	8.225	8.525
16. Gás Carbónico (Ton)	0	0	15.305	15.755	16.950	17.350
17. Produção de Pesticidas-HIDROSIL (mil lts)	0	5.400	5.940	6.534	7.187	7.906
18. Produção de Insecticidas (Ton)	0	0	0	0	0	0
19. Produção de Tintas e Similares (Klt)	6.740	7.440	7.790	8.300	8.300	9.100
20. Sabão (Ton)	25.850	28.850	30.350	30.850	31.850	35.350
21. Detergente Líquidos (Klt)	6.505	6.800	11.525	12.025	12.630	13.280
22. Detergente Sólidos (Klt)	900	900	900	1.000	1.000	1.000
23. Produção de Explosivos (Ton)	6.000	6.250	6.500	6.500	8.000	9.500
24. Cartuchos de Caça (Mil)	220	220	230	230	240	240
25. Produção de Injectados	1.120	1.130	3.130	3.630	4.330	4.980
26. Produção de Vidros de Embalagem (Mil)	240	245	250	300	345	345
27. Produção de Metais	32.360	17.630	44.600	53.600	67.600	68.100
28. Produção de Maquinas e Equipamentos (tractores-unidades)	0	0	15.201	16.721	18.393	20.232
29. Emprego Gerado (nº de pessoas)	45.106	107.864	111.002	70.210	37.497	19.612
30. Investimento Privado (Mil USD)	2.918	6.982	7.167	4.551	2.421	1.275





Comércio

Sente-se no país uma enorme necessidade de modernização dos pontos de venda em grande parte das redes de distribuição, com particular destaque para o canal HORECA. A evolução nesse setor deverá ser essencialmente qualitativa. No contexto de expansão e modernização da rede de distribuição comercial, o PND preconiza os objetivos expressos no quadro seguinte:

Indicadores	Ano de Base	Metas				
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1. n.º de estabelecimentos comerciais licenciados	4.440	10.459	11.505	12.656	13.921	15.314
2. n.º de empregos criados	19.094	31.378	34.516	37.967	41.764	45.941
3. n.º de armazéns de retenção de reserva de Estado construídos	n.d.	2	2			
4. n.º de armazéns provinciais construídos	n.d.	4	4	4	3	3
5. n.º de centros de recolha, lavagem, calibragem e embalagem construídos	n.d.	3	3	3	2	
6. n.º de CLODS construídos	n.d.	n.d.	1	1		1
7. n.º de mercados municipais construídos	2	13	13	15	20	14
8. n.º de lojas de proximidade criadas	n.d.	20	30	30	20	63
9. n.º de Formandos / ENCO / Loja Pedagógica	n.d.	1.680	1.800	1.900	1.995	2.100

Turismo

Angola é um país de paisagens muito diversificadas e com elevada atratividade turística, que o recente concurso das 7 Maravilhas da Natureza veio reforçar.

O setor turístico é visto pelo PND como um dos alicerces de desenvolvimento económico e de internacionalização do país, com particular destaque a nível da lusofonia e da região do sudoeste de África, constituindo dessa forma um setor potencialmente criador de emprego.

A construção de uma vasta rede hoteleira e o reforço dos investimentos no setor turístico, de modo a possibilitar que Angola concorra com os demais países de África, são os grandes desafios que se colocam ao setor.

O setor turístico, apesar do enorme potencial e do papel importante que desempenha no relançamento das economias locais angolanas, sofre um défice de infraestruturas muito acentuado, que se estende desde as vias de transporte e infraestruturas hoteleiras, em geral escassas e muito dispendiosas, até ao problema dos vistos e da qualidade da saúde pública.

No entanto, tem-se vindo a assistir à construção de novos hotéis e à recuperação das vias de comunicação e dos acessos, o que antecipa um futuro promissor.

Até 2020, segundo as autoridades angolanas, o país deverá registar a entrada de 4,6 milhões de turistas e o setor poderá absorver um milhão de postos de trabalho diretos e indiretos, apostando-se na mobilização a favor do turismo interno.





INFRAESTRUTURAS EM ANGOLA

No que concerne ao pilar da qualidade das infraestruturas, as debilidades são transversais a todos os setores e relacionam-se com a qualidade da rede de transportes, comunicações, redes elétricas, de água e de saneamento. A mobilidade de pessoas, bens e mercadorias é essencial para o correto funcionamento dos setores produtivos.

Cabe ainda salientar que, apesar dos fortes investimentos públicos realizados nos últimos dez anos, a oferta de infraestruturas básicas é limitada. Com efeito, **o acesso à água e eletricidade apresenta assinaláveis deficiências, a rede de transportes não assegura a correta circulação de produtos e pessoas no país, e a educação e saúde mantêm níveis de disponibilidade reduzidos.**

Com vista ao incremento da atividade económica, com especial relevo para a não-petrolífera, as infraestruturas em Angola continuarão durante os próximos anos a ser construídas sob um programa governamental em curso bastante ambicioso.

As infraestruturas em Angola, desde o final da guerra, foram alvo de grande empenhamento na sua reconstrução e expansão, coincidindo este esforço com a subida em flecha dos preços do petróleo foi possível iniciar quase do zero a sua reconstrução que havia sido fortemente danificada.

Este ambiente favorável permitiu que uma parte do trabalho colossal que o país enfrenta possa já ser visto. Não obstante o tremendo trabalho já realizado, a criação de infraestruturas em Angola, com uma média de gastos anuais na ordem dos 4,3 mil milhões de dólares, está longe de ter atingido os níveis julgados possíveis e necessários.

Assim, o programa governamental das infraestruturas em Angola para os próximos anos deverá receber importantes fundos, tendo sido criado em 2012, como mencionado, um Fundo Soberano, com uma dotação inicial de 5 mil milhões de dólares, para investir, designadamente, nos setores da energia, águas, ferrovias, estradas, portos, aeroportos e comunicações.

Os pontos-chave do programa de Infraestruturas em Angola são os seguintes:

- Construir 3 corredores de ligação entre os portos marítimos de Luanda, Lobito e Namibe com os caminhos-de-ferro em Malange, Benguela e Namibe;
- Revitalizar o transporte marítimo e o sistema de distribuição para restabelecer a competitividade de empresas nacionais;
- Modernizar os portos.

As principais infraestruturas em Angola que estão planeadas até 2017 são as seguintes:

Setor Ferroviário

- Concluir o lançamento da fase em curso da recuperação de linhas férreas, alargando a exploração das linhas férreas à iniciativa privada;
- Instalar plataformas logísticas multimodais nos centros urbanos, com vista a garantir fácil escoamento de produções agrícolas;
- Construir e recuperar ramais ferroviários para grandes indústrias, complexos mineiros e centrais de energia a criar.





Setor Aéreo

- Construir o novo aeroporto de Luanda e concluir os restantes aeroportos e aeródromos do país.

Setor Portuário

- Construir terminais marítimos e fluviais a nível nacional integrados no programa de desenvolvimento dos transportes marítimos, fluviais, de carga e passageiros;
- Construir novos portos em Luanda (Dande – para contentores com cerca de 2.300 ha), Cabinda e Porto Aboim.

Setor Rodoviário

- Concluir os planos diretores rodoviários provinciais, estando programados para o ano de 2012 mais 3.000 km de estrada.

Setor da Energia

- Implementar o plano nacional de eletrificação do meio rural (PNER), que virá a beneficiar cerca de 8 milhões de pessoas, através da construção de linhas de rede elétrica urbanas de ligação às centrais de produção;
- Reforçar a capacidade nacional de produção elétrica, fazendo recurso quer às barragens, quer às fontes renováveis de forma a quintuplicar a produção até 2017 e reestruturar o setor elétrico nacional. Até ao final do ano, as várias companhias públicas que operam no setor vão fundir-se e dar origem a 3 grandes operadores especializados em cada uma das etapas da cadeia de valor: produção, transporte e distribuição. Uma reforma necessária e que visa responder aos desafios impostos pelo ambicioso Plano Nacional para o setor, que prevê investimentos na ordem dos 23 mil milhões de dólares, e pensada para acomodar uma participação mais ativa de atores privados ao longo da cadeia;
- Contemplar a execução de parcerias público privadas.

Lê-se no programa de investimentos dos setores elétricos e águas até 2016 do Ministério da Energia e Águas:

- A implantação de 7.000 MW de capacidade de produção, o que representa um acréscimo de 6x mais a capacidade atualmente existente;
- A implantação de 2.607 km de rede de transporte nível de 400 kv, e 2010 km de rede no nível de 220 kv;
- A construção de 46 pequenos aproveitamentos hidroelétricos, totalizando uma capacidade a instalar de aproximadamente 180 MW;
- A implantação de 2.350 km de rede de distribuição e a construção de 37 novas subestações, 1300 postos de transformação, com maior concentração na região de Luanda.





Setor das Águas

- Fazer o aumento da cobertura nacional de água canalizada que atinge apenas cerca de 20% da população;
- Intervir nos sistemas de captação por forma a garantir um incremento do volume diário disponível;
- Implementar sistemas de controlo de qualidade;
- Construir a nível nacional sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais.

Lê-se no programa de investimentos dos setores elétricos e águas até 2016 do Ministério da Energia e Águas:

- 1,029,095 m³/dia como disponibilidade global de água para consumo humano, no meio urbano, o que representa um crescimento de 44% comparativamente ao ano de 2009;
- Sistemas de abastecimento de água em todas as sedes Provinciais e em 68 Sedes Municipais devidamente reabilitados e ampliados;
- Aumento significativo da taxa de cobertura da distribuição de água nos meios periurbano e rural, comparativamente ao ano de 2009;
- Melhoria significativa do processo de controlo da qualidade da água para consumo humano, por via da edificação de laboratórios de referência;
- 21 Bacias Hidrográficas dotadas do respetivo Plano Geral de Gestão Integrada de Recurso Hídricos, numa 533.222 km², o que corresponde aproximadamente a 43% do território Nacional;
- 180 Estações Hidrométricas reabilitadas em operação, que proporcionarão o renascimento de um adequado sistema de monitoramento de recursos hídrico.





ESFORÇOS EM CURSO PARA REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DE ANGOLA

O reforço da internacionalização da economia angolana é um objetivo a prosseguir continuamente, num horizonte de médio e longo prazo que pressupõe a solução prévia de diversas debilidades estruturais.

Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos, nomeadamente na melhoria das infraestruturas produtivas, o ambiente empresarial angolano é ainda muito desafiante e os níveis de competitividade baixos.

Angola apresenta na maioria dos setores níveis de competitividade muito baixos, sendo que os pilares mais críticos ao seu desenvolvimento apresentam-se como entraves ao seu lançamento e posicionamento competitivo internacional.

Desta forma, no pilar do Governo e Instituições Públicas, os maiores entraves à competitividade relacionam-se, como em numerosos países da África Subariana, com os direitos da propriedade, a regulação económica, a liberalização da economia e a radical redução da burocracia, sendo necessário implementar metodologias administrativas e legais que inibam práticas de fraude e suborno, e que criem um ambiente favorável à credibilização profissional dos agentes económicos, organismos públicos, entidades de fiscalização e instâncias e organismos judiciais e de segurança pública.

A apreciação real da taxa de câmbio, que se tem vindo a verificar desde o início do milénio, tem gerado efeitos negativos sobre a balança comercial externa, incentivando as importações e desencorajando a produção interna e as exportações de produtos não-petrolíferos.

A nova Pauta Aduaneira cria, a partir do corrente ano, um incentivo significativo à substituição das importações pela produção nacional que, a prazo, modificará o *mix* das relações económicas com outros países – mais IDE e menos exportações e, dentro destas, maior queda em bens e serviços de baixa ou média tecnologia, que serão mais rapidamente substituídos pela produção interna angolana.

As trocas comerciais bilaterais com os principais parceiros, que mais cresceram nos últimos quatro anos, foram as que se registaram entre Angola e a China (aumentaram 110%), atingindo 35 mil milhões de dólares em 2013, dos quais, 4 mil milhões de dólares corresponderam a exportações chinesas, e 31 mil milhões de dólares a exportações angolanas (quase exclusivamente petróleo).

A este predomínio não é alheia a superior capacidade de financiamento revelada pelas autoridades e agentes económicos chineses, que têm envolvido importantes donativos financeiros e linhas de crédito bonificadas.

Em particular, esta superioridade tem-se revelado na adjudicação ou concessão de contratos de construção e gestão de infraestruturas e em outros importantes empreendimentos na habitação e hotelaria.





ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO EXTERNO

Neste domínio, foi dado recentemente um passo prévio essencial, com a criação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP).

Sentia-se a necessidade de uma mudança de atitudes e procedimentos da administração pública relativamente ao investidor, no sentido de oferecer um modelo institucional eficaz e facilitado a nível processual a todos que pretendem investir e criar riqueza em Angola.

Foi neste contexto que surgiu a necessidade da criação da ANIP, com o objetivo de, por um lado contribuir de forma ativa para a promoção de políticas e práticas de redução de custos administrativos e de, por outro lado, ser a entidade exclusiva de acolhimento de todo o investimento nacional e estrangeiro, constituindo-se assim num interlocutor bem identificado para qualquer investidor.

No âmbito da estratégia do Governo, no que concerne à promoção de investimento privado (estrangeiro e nacional) estão assim definidos os seguintes aspetos centrais:

- Promoção de condições que propiciem o investimento, quer de origem nacional, quer de origem estrangeira, regulados pela Lei de Bases do Investimento Privado em Angola;
- Promoção e apoio a alianças entre investidores nacionais e estrangeiros;
- Promoção de parcerias entre empresariado nacional e estrangeiro, numa base mutuamente vantajosa e sustentável;
- Promoção e apoio de projetos que visem a internacionalização das empresas e da economia angolana;
- Promoção de estímulos e apoios ao investimento, sob forma de capital de risco nos termos da legislação aplicável e de outros instrumentos, nomeadamente financeiros, que se revelem necessários à realização da respetiva missão;
- Desenvolvimento de ações promocionais de captação de investimento, com maior destaque para os setores não-petrolíferos;
- Promoção do investimento na perspetiva de contribuir para o desenvolvimento do interior e para a redução das assimetrias regionais;
- Promoção e gestão de sistemas de informação geral e setorial direcionados para os investidores nacionais e estrangeiros;
- Promoção da integração do investimento na política e diplomacia económicas, em particular através da participação em organizações ou reuniões internacionais sobre questões ligadas ao investimento e realização no estrangeiro de ações promocionais que visem a captação de investimentos.

Cabe também à ANIP a determinação de oportunidades de investimento em Angola, a tramitação administrativa integral dos processos, incluindo a candidatura a incentivos fiscais e aduaneiros, o processo de licenciamento e instalação, bem como a negociação de contratos administrativos de investimentos.

A ANIP que é uma entidade coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa financeira e patrimonial, sob a superintendência do Chefe do Governo, tem as seguintes atribuições:

- Contribuir para a criação de um ambiente de eficiência propício e adequado ao investimento;
- Gerir individualmente os sistemas de incentivo ao investimento;





Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- Gerir casuisticamente apoios de capital de risco, nos termos da legislação;
- Prestar serviços de assistência técnica, jurídica, estudos de mercado e de outra natureza aos investidores nacionais e estrangeiros;
- Promover e apoiar alianças entre investidores nacionais e estrangeiros, bem como projetos que envolvam outras componentes de internacionalização da economia angolana;
- Promover a integração do investimento na política e diplomacia económica, em particular, através da participação em organizações ou reuniões internacionais sobre questões ligadas ao investimento;
- Realizar, no estrangeiro, ações promocionais à captação de investimento;
- Acompanhar os projetos de investimento já realizados ou em curso.

No âmbito das suas atividades compete à ANIP:

- Rececionar e registar todas as intenções de investimento privado seja ele nacional ou estrangeiro, nos termos da lei do investimento privado;
- Assegurar a tramitação administrativa integral de todos os processos, incluindo a candidatura a incentivos fiscais e financeiros, licenciamentos e instalação, bem como a negociação de contratos de investimento a submeter ao Conselho de Ministros para aprovação;
- Decidir sobre processos de investimento sujeitos ao regime de declaração prévia, nos termos da Lei do Investimento Privado;
- Funcionar como interlocutor unido do investidor, representando todas as entidades administrativas envolvidas, sem prejuízo das respetivas competências próprias.

Encontra-se ainda atribuído à ANIP, o papel de organismo gestor da administração dos sistemas de incentivos aplicáveis aos projetos de investimento.





RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

RELAÇÕES COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO

Na última década, Angola transformou-se num dos principais parceiros comerciais de Portugal, sendo atualmente o maior destino das exportações portuguesas fora da Europa, e o maior fornecedor de petróleo.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2013, Angola foi o quarto principal destino das exportações de Portugal (os três primeiros são da zona euro - Espanha, Alemanha e França), atingindo uma quota de 6,57% nas exportações portuguesas. Portugal vendeu 3,1 mil milhões de euros ao país africano. No período compreendido entre 2009 e 2013, as exportações portuguesas para Angola subiram a uma taxa média anual de 9,9%.

Angola foi também o sexto principal fornecedor de Portugal no ano de 2013 (4,65% das importações), e o maior fora da União Europeia, Portugal importou bens no valor de 2,6 mil milhões de euros. Estas importações são quase exclusivamente de petróleo, fazendo de Angola o principal fornecedor de crude de Portugal. No período compreendido entre 2009 e 2013, as importações provenientes de Angola, subiram uma taxa média anual de 120,2%.

Importância de Angola nos fluxos comerciais com Portugal

	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Janeiro
Angola como cliente de Portugal	Posição	4	5	4	4	4	4
	% Saídas	7,07	5,11	5,44	6,61	6,57	6,10
Angola como fornecedor de Portugal	Posição	36	15	11	6	6	7
	% Entradas	0,29	0,96	1,99	3,17	4,65	3,54

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: As Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais Intra e Extra UE, respetivamente.

Evolução da balança comercial bilateral

(10 ³ EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	2013 Janeiro	2014 Janeiro	Var % ^a 13/09	Var % ^b 14/13
Exportações	2.242.450	1.905.671	2.330.055	2.990.805	3.112.624	233.193	241.122	9,9	3,4
Importações	151.089	563.452	1.177.501	1.780.876	2.632.359	262.874	172.732	120,2	-34,3
Saldo	2.091.361	1.342.219	1.152.554	1.209.929	480.265	-29.681	68.390	--	--
Coef. Cob.	1484,2%	338,2%	197,9%	167,9%	118,2%	88,7%	139,6%	--	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013;

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

2009 a 2011: resultados definitivos; 2012 resultados provisórios; 2013 e 2014: resultados preliminares



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Este panorama representa um desenvolvimento recente. Em 1993, as exportações de Portugal para Angola eram relativamente reduzidas: 2,1% do total. Angola era o 12.º maior cliente português, atrás de países como a Suécia e a Dinamarca.

Em 2003, Angola já era o oitavo maior cliente, mas a sua quota nas exportações portuguesas ainda era pouco expressiva: 2,2%.

Do lado das importações, a disparidade é ainda mais notória. Em 1993, antes de Angola se tornar uma potência dos hidrocarbonetos, as vendas de produtos angolanos para Portugal eram irrisórias: 4,8 milhões de euros. Angola era então o 86.º maior parceiro comercial de Portugal. Ficava atrás até de outros países africanos com os quais Portugal tem comparativamente poucos laços culturais ou políticos, como Madagáscar, o Burkina Faso ou o Uganda.

Até 2012, a balança comercial luso-angolana foi muito desequilibrada e favorável a Portugal, contudo esta tendência inverteu-se e, em 2013, a balança comercial registou um saldo de 480 milhões de euros.

O ano de 2013, face ao período homólogo, registou um aumento do valor total das exportações em cerca de 4,1%, enquanto, no mesmo período, as importações registaram um aumento de 47,8%. Em consequência, o saldo da balança comercial registou uma diminuição de 60,3%.

Analisando as exportações por grupos de produtos, verificamos que no ano de 2013, o maior volume de exportações foi registado nos seguintes grupos: máquinas e aparelhos, com 25,5%; produtos alimentares, com 16,4%; metais comuns, com 12,0%; produtos químicos, com 7,2% e produtos agrícolas, com 7,0%.

O conjunto destes 5 grupos de produtos, representou 68% do total das exportações, conforme se pode ver na tabela abaixo.





Exportações por grupos de produtos

	2009	% Tot 09	2012	% Tot 12	2013	% Tot 13	Var % 13/12
Máquinas e aparelhos	666.028	29,7	740.100	24,7	792.390	25,5	7,1
Alimentares	304.702	13,6	479.820	16,0	509.066	16,4	6,1
Metais comuns	296.451	13,2	439.756	14,7	374.435	12,0	-14,9
Químicos	124.281	5,5	206.646	6,9	223.728	7,2	8,3
Agrícolas	100.524	4,5	194.073	6,5	217.810	7,0	12,2
Plásticos e borracha	84.614	3,8	144.292	4,8	148.582	4,8	3,0
Veículos e outro mat. transporte	202.384	9,0	147.087	4,9	141.079	4,5	-4,1
Minerais e minérios	84.985	3,8	109.935	3,7	117.002	3,8	6,4
Pastas celulósicas e papel	62.558	2,8	94.704	3,2	99.297	3,2	4,8
Instrumentos de óptica e precisão	39.481	1,8	62.507	2,1	78.632	2,5	25,8
Vestuário	32.986	1,5	42.370	1,4	47.574	1,5	12,3
Matérias têxteis	29.990	1,3	36.230	1,2	42.014	1,3	16,0
Madeira e cortiça	23.679	1,1	28.131	0,9	34.194	1,1	21,6
Combustíveis minerais	13.483	0,6	34.751	1,2	29.999	1,0	-13,7
Calçado	13.063	0,6	14.738	0,5	27.013	0,9	83,3
Peles e couros	6.173	0,3	6.710	0,2	11.336	0,4	68,9
Outros produtos	150.507	6,7	208.955	7,0	218.474	7,0	4,6
Valores confidenciais	6.561	0,3	0	0,0	0	0,0	§
Total	2.242.450	100,0	2.990.805	100,0	3.112.624	100,0	4,1

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. § - Coeficiente de variação $\geq 1000\%$ ou valor zero em 2012

Unidade: Milhares de euros

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), numa análise mais detalhada, verifica-se que os seis produtos mais representativos no ano de 2013 (ordem decrescente) foram os seguintes: cervejas de malte (4,0% do total, com um decréscimo de 17,6% face a 2012); outros móveis e suas partes (3,4%, com um aumento de 8,6%); vinhos de uvas frescas (3,0%, com um acréscimo de 8,6%); construções de ferro fundido, ferro/aço (2,9%, com uma descida de 7,8%); medicamentos em doses ou acondicionados para venda a retalho (2,4%, com um aumento de 4,5%) e enchidos e produtos semelhantes (2,3%, com um acréscimo de 17,1%).

Com base nos dados do Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos de baixa intensidade tecnológica representaram, em 2012, 35,4% das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para Angola. Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (32,7%), média-baixa (24,1%) e alta (7,8%).





Importações por grupos de produtos

	2009	% Tot 09	2012	% Tot 12	2013	% Tot 13	Var % 13/12
Combustíveis minerais	148.643	98,4	1.776.078	99,7	2.627.844	99,8	48,0
Máquinas e aparelhos	693	0,5	1.421	0,1	1.077	0,0	-24,2
Instrumentos de óptica e precisão	161	0,1	1.350	0,1	940	0,0	-30,4
Madeira e cortiça	258	0,2	336	0,0	735	0,0	119,2
Veículos e outro mat. transporte	344	0,2	400	0,0	606	0,0	51,6
Minerais e minérios	115	0,1	239	0,0	392	0,0	63,8
Agrícolas	524	0,3	756	0,0	290	0,0	-61,7
Alimentares	0	0,0	72	0,0	149	0,0	107,0
Metais comuns	280	0,2	92	0,0	38	0,0	-58,7
Plásticos e borracha	3	0,0	8	0,0	25	0,0	198,4
Químicos	6	0,0	3	0,0	19	0,0	538,5
Matérias têxteis	3	0,0	50	0,0	8	0,0	-83,5
Vestuário	0	0,0	7	0,0	6	0,0	-11,7
Calçado	1	0,0	0	0,0	5	0,0	§
Peles e couros	2	0,0	24	0,0	4	0,0	-83,0
Pastas celulósicas e papel	14	0,0	7	0,0	3	0,0	-61,4
Outros produtos	38	0,0	33	0,0	219	0,0	561,7
Valores confidenciais	5	0,0	0	0,0	0	0,0	§
Total	151.089	100,0	1.780.876	100,0	2.632.359	100,0	47,8

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. § - Coeficiente de variação $\geq 1000\%$ ou valor zero em 2012

Unidade: Milhares de euros

Em 2013, 99,8% das importações portuguesas provenientes de Angola foram de petróleo, tendo as mesmas registado um aumento de 48% face ao período homólogo.

Em 2012, apenas 1,9% das importações provenientes de Angola diziam respeito a produtos industriais transformados, sendo que destes, 89,9% eram de média-baixa intensidade tecnológica, 2,9% de média-alta intensidade tecnológica e 0,8% de baixa intensidade tecnológica.

Investimento

Angola é, de facto, um mercado que oferece inúmeras oportunidades, ocupando mesmo para muitas empresas portuguesas um lugar de destaque. E Portugal tem, efetivamente, condições para manter uma posição de relevo económico em Angola, apostando neste país inclusivamente como plataforma para atingir os mercados africanos circundantes.

Apesar do *ranking* dos mercados de destino do investimento direto português no estrangeiro (IDPE) ser liderado pelos Países Baixos, Angola tem vindo a melhorar a sua posição e, em 2012, ocupava o 4.º lugar, com uma quota de 3,5%.



**Importância de Angola nos Fluxos de Investimento para Portugal**

		2008	2009	2010	2011	2012
Portugal como recetor (IDE)	Posição^a	18 ^a	14 ^a	18 ^a	52 ^a	11 ^a
	%	0,14	0,36	0,08	-0,24	0,87
Portugal como emissor (IDPE)	Posição^a	3 ^a	3 ^a	5 ^a	3 ^a	4 ^a
	%	6,81	8,93	6,84	4,65	3,48

Fonte: Bando de Portugal

Notas: (a) Posição do mercado enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados; (b) Com base no ID bruto

As atividades financeiras e de seguros, o comércio por grosso e a retalho, e a reparação de veículos automóveis e motociclos, foram os setores em que as empresas portuguesas mais investiram no ano de 2013 (80,5% do total), seguindo-se a área da construção (18%), educação, TI, logística alimentar e farmacêutica.

Em 2011, o investimento direto bruto português em Angola ascendeu a 909 milhões euros, o que significou um crescimento de 35,9% face ao ano anterior. Em 2013, a tendência inverteu-se e o investimento direto bruto de Portugal em Angola registou uma quebra a rondar os 85%, situando-se nos 130 milhões de euros. Entre 2009 e 2013, o valor médio anual do investimento direto bruto de Portugal em Angola ascendeu a 658 milhões de euros, o que em termos líquidos equivale a aproximadamente 88 milhões de euros.

Investimento direto de Portugal em Angola

(10 ³ EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	2013	2014	Var % ^a	Var % ^b
						Janeiro	Janeiro		
ID Portugal em Angola	693.765	669.472	909.505	892.131	129.634	31.898	8.208	-13,8	-74,3
Desinvest.	1.062.316	512.129	532.917	479.657	265.824	39.677	23.227	-25,6	-41,5
Líquido	-368.551	157.343	376.588	412.474	-136.190	-7.779	-15.019	--	--
% IDPE total^c	8,93	6,84	4,65	5,59	0,92	8,91	0,90	--	--
Destino^d	3	5	3	2	8	3	9	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

(c) Com base no ID bruto total de Portugal

(d) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conj. de 56 mercados.

Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos).

Os valores de 2013 (Janeiro) correspondem ao primeiro apuramento para o período (valores não revistos).

Desde 2009 que o investimento direto de Angola em Portugal tem evidenciado um comportamento negativo. No entanto, em 2012 essa tendência inverteu-se e o investimento direto de Angola em Portugal, em termos brutos, atingiu o montante de 227 milhões de euros (+95,2% do que em 2009).



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Em 2013, contrariando o comportamento positivo registado em 2012, o ID de Angola em Portugal em termos brutos, voltou a diminuir e atingiu o montante de 83 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 63% face ao período homólogo.

Contudo, Angola tem vindo a melhorar a sua posição no *ranking* dos mercados de origem do investimento direto estrangeiro em Portugal e, em 2012, atingiu o 11.º lugar no *ranking* (52.º em 2011).

O comércio por grosso e a retalho foi o setor que mais beneficiou com a entrada de capitais estrangeiros.

Investimento direto de Angola em Portugal

(10 ³ EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	2013 Janeiro	2014 Janeiro	Var % ^a 13/09	Var % ^b 14/13
ID Angola em Portugal	116.030	32.842	-102.782	226.531	83.117	8.755	7.062	-56,9	-19,3
Desinvest.	478	2.230	1.797	22.758	3.701	100	0	357,5	-100,0
Líquido	115.552	30.612	-104.579	203.773	79.416	8.655	7.062	--	--
% IDE total^c	0,36	0,08	-0,24	0,48	0,28	0,31	0,33	--	--
Origem^d	14	18	53	13	15	12	15	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

(c) Com base no ID bruto total de Portugal

(d) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conj. de 56 mercados.

Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos).

Os valores de 2013 (Janeiro) correspondem ao primeiro apuramento para o período (valores não revistos).

O investimento angolano começou naturalmente com a Sonangol, que no âmbito do seu *core business*, investiu na Galp e atuando como fundo soberano, quando Angola ainda não o tinha, investiu também na banca.

Também os cidadãos angolanos investiram no imobiliário em Portugal por razões de oportunidade de investimento, quer para terem uma casa de férias, quer para os filhos virem estudar em Portugal.

À medida que o setor privado angolano se reconstituiu, começam então os investimentos nas empresas portuguesas.

O investimento em Portugal é considerado uma extensão dos projetos de internacionalização da estrutura financeira e produtiva angolana. A banca, telecomunicações, energia e petróleos, construção civil, engenharia e arquitetura, media, saúde, ambiente, agroindústria e turismo são os setores de base que Angola procura expandir ou consolidar em Portugal.

Angola é um mercado que vai continuar a crescer nos próximos 10 a 15 anos. Como tal é, assumidamente e sem margem para dúvidas, um mercado de futuro. Um mercado que os empresários portugueses devem ter em conta e ao qual devem estar atentos, não deixando que outros países continuem a conquistar quota de mercado, ultrapassando Portugal.





Serviços

Ao nível dos serviços, Angola assume um importante papel enquanto cliente de Portugal. No *ranking* de clientes, em 2013, ocupava o 5.º lugar com uma quota de 6,9% (7.º lugar em 2009 com 4,2% de quota).

Enquanto fornecedor de Portugal na área dos serviços, Angola já não se encontra tão bem posicionada. Em 2013, no *ranking* dos fornecedores, Angola ocupava a 12.ª posição (posição que mantém desde 2009) com uma quota de 1,65%.

Importância de Angola nos fluxos de serviços com Portugal

	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Janeiro
Angola como cliente de Portugal	Posição ^a	7	7	5	5	5	5
	% Export. ^b	4,20	4,64	5,67	6,98	6,89	7,77
Angola como fornecedor de Portugal	Posição ^a	12	12	12	12	12	13
	% Import. ^b	1,32	1,16	1,18	1,43	1,65	1,26

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição num conjunto de 56 mercados

(b) Quota do mercado nas exportações e importações totais de Portugal

Na área dos serviços, a balança bilateral é bastante mais favorável a Portugal e, nos últimos 5 anos, o seu saldo tem evidenciado um comportamento muito positivo. Em 2013, o saldo atingiu o montante de 1,2 mil milhões de euros, o que significou um aumento de cerca de 125% face a 2009 e 4,9% face ao período homólogo. Este resultado é consequência da excelente performance das exportações que, em 2013, aumentaram 6,3% em termos homólogos, tendo atingido o montante de 1,4 mil milhões de euros. O crescimento médio anual das exportações entre 2009 e 2013 foi de 20,3%

No que respeita às importações portuguesas de serviços provenientes de Angola e apesar de também terem evoluído de forma positiva, o crescimento médio anual foi bastante inferior ao das exportações (7,0 % entre 2009 e 2013), tendo atingido no final de 2013 o montante de 175 milhões de euros.

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações tem vindo a aumentar, fixou-se nos 806,1%.

Balança de serviços bilateral

(10 ³ EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	2013 Janeiro	2014 Janeiro	Var % ^a 13/09	Var % ^b 14/13
Exportações	685.221	815.926	1.085.969	1.332.415	1.416.225	116.096	112.391	20,3	-3,2
Importações	136.102	126.841	134.704	149.327	175.695	9.623	11.357	7,0	18,0
Saldo	549.119	689.085	951.265	1.183.088	1.240.530	106.473	101.034	--	--
Coef. Cob.	503,5%	643,3%	806,2%	892,3%	806,1%	1206,4%	989,6%	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013;

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

Os valores de 2013 (Janeiro) correspondem ao primeiro apuramento para o período (valores não revistos)



**Turismo**

Em 2013, França foi o 1.º mercado emissor de receitas turísticas para Portugal.

Angola, com 513,9 milhões de euros de receitas, ocupou a 5.ª posição com uma quota de 6%, no ano de 2013. O mercado angolano cresceu 7,0%, o equivalente a +33,8 milhões de euros. De referir a evolução positiva de Angola, que em 2009 ocupava a 10.ª com uma quota de 3%.

TOP 5 do mercado emissor de receitas turísticas de Portugal

Mercados	Ano 2013	Δ 13/12		Quota	
		%	Abs	%	
França	1.668,5	8,6	131,6	18,0	
Reino Unido	1.507,0	4,2	61,2	16,3	
Espanha	1.134,6	2,6	29,2	12,3	
Alemanha	961,4	10,3	89,8	10,4	
Angola	513,9	7,0	33,8	5,6	
Outros	3.464,2	9,4	298,5	37,5	
Total	9.249,6	7,5	644,1	100,0	

Fonte: BDP (Banco de Portugal)

Turismo de Angola em Portugal

	2009	2010	2011	2012	2013	2013 Janeiro	2014 Janeiro	Var % ^a 13/09	Var % ^b 14/13
Receitas^c	184.622	280.248	341.042	480.130	513.885	47.528	50.394	30,3	6,0
% Total^d	3	4	4	6	6	10	9,8	--	--
Posição^e	10	8	7	5	5	4	5	--	--
Dormidas^c	139.240	138.908	147.635	192.879	n.d.	n.d.	n.d.	--	--
% Total^d	1	1	1	1	--	--	--	--	--
Hóspedes^c	39.285	37.479	41.358	52.562	n.d.	n.d.	n.d.	--	--
% Total^d	0,61	0,55	0,56	0,68	--	--	--	--	--

Fontes: Banco de Portugal; INE - Instituto Nacional de Estatística

Unidades: Receitas (Milhares de euros); Hóspedes e Dormidas (Unidades)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014; (c) Inclui apenas a hotelaria global

(d) Refere-se ao total de estrangeiros; (e) Num conjunto de 56 mercados

n.d. - não disponível; Os valores das Receitas de 2013 (Janeiro) não estão revistos

ACORDOS BILATERAIS E DE COOPERAÇÃO

Portugal tem desenvolvido, pela via bilateral, uma rede de relações de parceria, através de uma negociação cuidada e diferenciada de acordos bilaterais em matéria de cooperação económica com diversos países, de entre os quais, Angola. Os Acordos bilaterais relevantes do ponto de vista económico celebrados e publicados até 1 de abril de 2014 entre Portugal e Angola são:





Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo

Diplomas Legais:

. Aviso n.º 209/2008, DR n.º 2006, Série I, de 23 de outubro

. Decreto n.º 26/2006, DR n.º 239, Série I, de 14 de dezembro

Entrada em Vigor: 12.12.2007

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2006/12/23900/83818382.pdf>

Convenção sobre Segurança Social

Diplomas Legais:

. Declaração de Retificação n.º 102/2004, DR n.º 283, Série I-A, de 3 de dezembro

. Decreto n.º 32/2004, DR n.º 255, Série I-A, de 29 de outubro

Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2004/10/255A00/64436451.pdf>

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos

Diplomas Legais:

. Decreto n.º 40/2008, DR n.º 197, Série I, de 10 de outubro

. Decreto n.º 48/98, DR n.º 290, Série I-A, de 17 de dezembro

Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1998/12/290A00/68636866.pdf>

Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria

Diplomas Legais:

. Decreto n.º 6/92, DR n.º 23, Série I-A, de 28 de janeiro

Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1992/01/023A00/06210623.pdf>

Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Turismo e Hotelaria

Diplomas Legais:

. Decreto n.º 40/88, DR n.º 249, Série I, de 27 de outubro

Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1988/10/24900/43664367.pdf>

Designação: Acordo de Cooperação Económica

Diplomas Legais:

. Decreto n.º 26/90, DR n.º 155, Série I, de 7 de julho

. Decreto n.º 36/88, DR n.º 226, Série I, de 29 de setembro

Entrada em Vigor: Não foi publicado Aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1988/09/22600/39843985.pdf>





COMO REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DE ANGOLA E A COOPERAÇÃO DE E COM PORTUGAL

A internacionalização da economia angolana continuará, provavelmente, a longo prazo, a ser liderada pelo setor de produção de petróleo e gás.

A procura mundial de combustíveis fósseis manter-se-á com taxas anuais de crescimento elevadas face às necessidades energéticas nas atuais e novas economias emergentes, apesar das exigências de descarbonização ambiental que estão colocadas ao nível global.

As similitudes geológicas, nomeadamente, entre o pré-sal no Brasil e em Angola, suportam a expectativa de que as reservas de petróleo, e também de gás natural, em Angola que virão a ser proximamente descobertas, irão incrementar significativamente os níveis de produção atuais.

Por outro lado, Angola dispõe de vantagens comparativas muito importantes relativamente aos países limítrofes e, de um modo geral, no âmbito da África Subsariana, região para a qual se estima, a médio/longo prazo, uma das mais altas de crescimento económico em todo o mundo.

Tendo baixa densidade populacional, a pressão para a urbanização acelerada em grandes zonas suburbanas, excluindo Luanda, é relativamente menor do que nesses outros países, colocando menos problemas, e menor mobilização de recursos públicos, para ir ao encontro das aspirações das populações e para resolver problemas de salubridade e saúde pública.

Do ponto de vista da estabilidade política e das orientações estratégicas de desenvolvimento económico, Angola dispõe também de uma importante vantagem competitiva – a longa guerra civil forjou uma identidade nacional, houve uma eficaz integração militar e a continuidade da governação maioritária, sucessivamente renovada, em eleições democráticas, quer para os órgãos nacionais, quer na esfera regional e local, cria os alicerces necessários para uma melhoria consistente da governação na esfera pública.

Por outro lado, a existência de grandes empresas e de grupos económicos angolanos, com ou sem parcerias de capitais com empresas ou grupos económicos de outros países, em setores de intensidade tecnológica média ou alta – para além do setor dos petróleos e extrativo em geral, no setor financeiro, na grande distribuição, na construção e obras públicas, nas telecomunicações e, mais a prazo, na produção e distribuição de energia elétrica e na agricultura de exportação – cria condições objetivas para que Angola internacionalize, designadamente, para os países vizinhos, importantes recursos da sua economia, sob a forma, designadamente, de exportações associadas à obtenção de grandes contratos de infraestruturas ou de IDE.

Na outra vertente da sua internacionalização, Angola tem também vantagens competitivas na África Subsariana, na captação de IDE para o desenvolvimento da sua produção interna, por oferecer um mercado interno com crescimento vibrante e condições de retorno de capital interessante.

Neste ponto, a debilidade estrutural mais importante reside atualmente na incerteza de repatriamento de dividendos e, também, nos prazos excessivos dos pagamentos em contratos de infraestruturas celebrados com entidades públicas.



**Internacionalização da Economia Angolana**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

A continuidade da melhoria do enquadramento macroeconómico, designadamente nos indicadores orçamentais e monetários, que se encontra patenteada nas previsões atuais das entidades internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, deverá, contudo, atenuar gradualmente estas debilidades.

Porém, a industrialização do país, no sentido da criação de uma massa crítica de PME de tecnologia pelo menos média-baixa com capacidade exportadora só é equacionável no horizonte de várias décadas, depois da debilidade estrutural número um – a falta de qualificações académicas e profissionais da mão de-obra estar razoavelmente debelada.

Neste processo, o papel dos agentes económicos portugueses pode ter uma valorização extraordinária.

Em primeiro lugar, dando continuidade ao que tem vindo a acontecer, por exemplo, no domínio da construção de infraestruturas, em que a engenharia e as grandes empresas portuguesas de construção e obras públicas têm vindo a estar presentes.

Como anteriormente se assinalou, os investimentos projetados em infraestruturas (que envolvem também a produção e distribuição de energia, e o abastecimento e tratamento das águas) para os próximos anos são enormes e uma orientação estratégica das empresas portuguesas no sentido de constituírem empresas locais em parceira com investidores e empresários angolanos afigura-se ser essencial.

Estes passos, que já estão a ser dados noutros setores, como a grande distribuição, poderão criar um fluxo adicional de exportações portuguesas, de PME, sobretudo de bens de média e alta tecnologia, por via de acordos de cooperação comercial, com estes grandes parceiros locais.

Acresce que ao nível dos serviços, por exemplo, de contabilidade e auditoria, de logística portuária e de transportes, de formação profissional, de preparação de quadros públicos em novas tecnologias, por um lado, e de bens e serviços de saúde, por outro em que a maior parte ainda está por fazer, as empresas portuguesas dispõem de importantes vantagens competitivas face a outras empresas de países desenvolvidos.

Mas o essencial neste domínio, é que a economia angolana funcione com mercados tendencialmente livres e em concorrência eficiente, com um quadro macroeconómico estável e consistente - a iniciativa empresarial surpreenderá as estimativas e encontrará mas ou outros promissores caminhos.

Neste contexto, é preciso compreender que o IDE, português designadamente, é essencial para esta fase de reindustrialização e desenvolvimento socioeconómico de Angola, porque:

- traz *know-how* empresarial e competência tecnológica;
- permite a formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- permitirá o enquadramento ao nível da gestão empresarial dos quadros universitários angolanos, uma vez que estes inseridos numa empresa precisam sempre de ser orientados por níveis de gestão mais experientes. Não é possível nesta fase da economia angolana querer-se que os investidores estrangeiros exportem só o capital. Este tem que ser acompanhado por alguns gestores que façam o enquadramento dos jovens quadros angolanos;





Internacionalização da Economia Angolana

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- permitirá às empresas apoiadas com IDE fazerem parcerias com empresários angolanos, ajudando também a robustecer uma classe empresarial angolana com uma visão de economia global.

Assim, o IDE será também um motor de desenvolvimento e um instrumento para a angolanização da economia.



CONCLUSÃO

Com as condições de partida do mercado interno angolano, a dinâmica de criação de riqueza não ocorrerá sem que o Estado assuma um papel de coordenador e de principal fomentador de um processo de redução de custos de contexto e de criação de externalidades positivas e de sinalização de transformações que o ambiente de negócios em Angola necessita para viabilizar a concentração de investimentos financeiros, de tecnologia e de capital humano, capazes de libertar o engenho criador do setor privado nacional.

Apesar dos esforços desenvolvidos, o ambiente empresarial é ainda desafiante, sendo que o país permanece muito dependente do investimento público e das condições, que se querem favoráveis, dos mercados mundiais de matérias-primas e dos recursos minerais.

A economia atual encontra-se ainda excessivamente concentrada nos setores do petróleo e gás e outras indústrias extrativas.

Os investimentos públicos em curso e programados possuem três pilares fundamentais: a valorização dos recursos naturais, a requalificação e criação de infraestruturas e o incentivo/fomento ao tecido empresarial, definindo-se setores e *clusters* estratégicos para uma economia mais robusta e produtiva.

É assim expectável que, nos próximos anos, o investimento privado nacional e internacional aumente, que apareçam novos grupos e empresários angolanos, que exista uma diversificação das atividades económicas, que o número de trabalhadores e volume de negócios médio por empresa aumente e que, no contexto da África Subsariana, o desenvolvimento económico e social de Angola comece a emergir como um caso notável sucesso.

